



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**LILIANE BANDEIRA DE ARAÚJO**

**VOCABULÁRIO TERMINOLÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUAS: PROPOSTA  
METODOLÓGICA**

**FORTALEZA  
2021**

LILIANE BANDEIRA DE ARAÚJO

VOCABULÁRIO TERMINOLÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUAS: PROPOSTA  
METODOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin.

FORTALEZA  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A69v      Araújo, Liliane Bandeira de.  
            Vocabulário terminológico para o ensino de línguas: proposta metodológica / Liliane Bandeira de Araújo. – 2021.  
            78 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em Linguística, Fortaleza, 2021.  
            Orientação: Profa. Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin..
1. terminologia; . 2. ensino de Línguas; . 3. Unidades de Significação Especializadas. I. Título.
- CDD 410
-

LILIANE BANDEIRA DE ARAÚJO

VOCABULÁRIO TERMINOLÓGICO PARA O ENSINO DE LÍNGUAS: PROPOSTA  
METODOLÓGICA

Dissertação apresentada ao mestrado acadêmico em linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção de Mestre. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 10/12/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Adriane Orenha Ottaiano

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

---

Profa. Dra. Eulalia Vera Lucia Fraga Leurquin

Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

À minha irmã Tati, Sol da minha vida, por me apoiar em minhas decisões, guiar meus passos com a delicadeza e o cuidado de uma mãe, por torcer pelos meus sonhos e me mostrar as saídas nos momentos de desânimo.

Ao meu irmão João Paulo, por ser meu exemplo de integridade e perseverança. Meu porto-seguro nos momentos difíceis e a melhor companhia para horas de conversas que eu gostaria que fossem infindáveis.

Ao caçula da família, Hemeson, pelas horas de risada, pelos segredos compartilhados, por mostrar a força de ouvir em silêncio, sem julgamentos, com um companheirismo inabalável.

À Livinha, sobrinha mais amada e esperada, por trazer os momentos de maior amor e união para nossa família. Descobri o significado de amor incondicional com você.

Ao meu namorado, Raphael, por encher meus dias com seu bom humor e companheirismo, por tornar os momentos mais corriqueiros tão leves e especiais. Nosso amor me fortalece.

Ao meu grande amigo Emerson, por compartilhar os percalços da graduação, por ser o ouvinte mais crítico, a quem posso recorrer com a certeza de que terei sinceridade e acolhimento.

À minha amiga Cindy, que tanto me ensinou ao longo destes anos de amizade, sempre na companhia de um bom vinho, poesia e risadas.

Ao meu amigo Aires, por ser refúgio durante os dias em que o peso da vida me consumia. Nossas conversas, risadas e filosofias sobre o amor e a vida me aliviam e mostram o poder do afeto de nossa amizade.

Ao meu amigo Jeff, por me mostrar que a vida pode ser boa e leve. Nossas horas de risadas, fofocas e filosofias foram meu combustível em muitos momentos.

Aos amigos da UNILAB: Douglas, Nati, Eld, Rita, Raquel, Ailene, Rebeca, Carol e Deysi, vocês tornaram o caminho da graduação muito mais leve, nossos momentos juntos foram de muito aprendizado e afeto. UBUNTO!

À minha orientadora, professora Rose, por me mostrar com a força de sua delicadeza e sensibilidade, que é possível humanizar os processos acadêmicos e ter a excelência como resultado.

À minha orientadora da graduação, Profa. Dra. Cláudia Carioca, por me apresentar os caminhos da pesquisa científica e da formação humana e profissional.

Aos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma (PT), pela ampliação das vagas nas universidades públicas e pela expansão da assistência estudantil, sem as quais, eu, estudante periférica de escola pública, não teria concluído minha graduação e, agora, mestrado.

“Na origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido.”

(REY, 1979, p. 3)

## RESUMO

Considerando o nível de atualização dos conceitos relativos à área do ensino de línguas, objetivamos traçar um caminho metodológico e teórico para a construção de um vocabulário, realizando o levantamento e apresentando os principais conceitos atrelados às Unidades de Significação Especializadas (USE) (KRIEGER, 2004) constituídas pelo termo “Língua”. O desenvolvimento de pesquisas e a ampliação da atuação do(a) professor(a) de línguas em diversos contextos sociais e educacionais corroboram com o surgimento de novos termos, bem como com a variação de uso destas unidades específicas em trabalhos acadêmicos, lacuna que pretendemos abordar, elencando os termos mais utilizados e os conceitos mais recorrentes nos trabalhos consultados em nossa pesquisa. Para embasar as etapas práticas e teóricas, utilizaremos os postulados da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999), coletando os termos em situações reais de uso, por meio do “Corpus multilíngue para ensino e tradução” – COMET, e da base definicional, constituída por trabalhos de teses e dissertações consultadas por meio do acesso ao portal CAPES, em meio eletrônico. A teoria supracitada trata os termos técnicos e científicos como unidades pertencentes ao sistema linguístico comum, sofrendo variação conceitual de acordo com o contexto de uso. Para identificar tais variações, bem como abordar os usos *in vivo* dos termos, coletamos as unidades de significação relacionadas ao termo “língua” junto aos seus contextos de uso, com o fito de destacar os usos específicos e redefinir nossas escolhas definicionais.

**Palavras-chave:** terminologia; ensino de Línguas; Unidades de Significação Especializadas.

## ABSTRACT

Considering the level of updating of concepts related to the area of language teaching, we aim to outline a methodological and theoretical path for the construction of a terminological work, carrying out a survey and presenting the main concepts linked to Specialized Units of Meaning (USE) (KRIEGER, 2004) constituted by the term “Language”. The development of research and the expansion of the role of the language teacher in different social and educational contexts corroborate the emergence of new terms, as well as the variation in the use of these specific units in academic work, a gap that we intend approach, listing the most used terms and the most recurrent concepts in the works consulted in our research. To support the practical and theoretical steps, we will use the postulates of the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999), collecting the terms in real situations of use, through the "Multilingual Corpus for teaching and translation" - COMET and the definitional base, constituted for works of theses and dissertations consulted through the access to the CAPES portal, electronically. The aforementioned theory treats technical and scientific terms as units belonging to the common linguistic system, suffering conceptual variation according to the context of use. To identify such variations, as well as to address the in vivo uses of terms, we collect the meaning units related to the term “language” together with their contexts of use, with the aim of highlighting specific uses and redefining our definitional choices.

**Keywords:** terminology. language teaching. Specialized Units of Meaning.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lista de palavras mais recorrentes no corpus Comet .....	49
Figura 2 - Aplicação da ferramenta concordanciador. ....	50
Figura 3 – Ocorrências do termo Língua .....	51
Figura 4 – Trabalhos relacionados à Unidade de Significação Especializada “Língua Adicional” .....	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD – Análise do discurso.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

CORTEC – Corpus técnico-científico.

DT – Definição terminológica.

GPD – Gênero próximo e diferença.

ILA – Inglês Língua Adicional.

ILE - Inglês Língua Estrangeira.

ILF - Inglês Língua Franca.

ILI -Inglês Língua Internacional.

ISO – Internacional Standardization Organization.

PLNM – Português Língua Não Materna

TGT - Teoria Geral da Terminologia.

TCT – Teoria Comunicativa da Terminologia.

TXT – Arquivo de Texto não formatado.

USE - Unidades de Significação Especializadas.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensão prototípica do termo .....	34
Quadro 2 – Proposta de verbete para o vocabulário do ensino de línguas .....	56

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 A importância da definição de termos para a formação docente e sua utilização em sala de aula .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Aspectos terminológicos .....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 Parâmetros de diferenciação de obras terminológicas .....</b>	<b>35</b>
<b>2.4 Etapas práticas de composição de uma obra terminológica .....</b>	<b>37</b>
<b>2.4.1 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT): da teoria à prática .....</b>	<b>37</b>
<b>2.4.2 Normas ISO - Internacional Standardization Organization .....</b>	<b>40</b>
<b>2.4.3 Considerações a respeito das escolhas definicionais .....</b>	<b>41</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Levantamento dos candidatos a termos – Corpus COMET .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Elaboração da base definicional .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3 Lista de candidatos a termo – Base definicional .....</b>	<b>52</b>
<b>3.4 Estrutura catalográfica .....</b>	<b>53</b>
<b>3.5 Proposta de verbete .....</b>	<b>55</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A - CANDIDATOS A TERMO - CORPUS COMET .....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE B – CANDIDATOS A TERMO - BASE DEFINICIONAL .....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE C - VERBETES .....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de ensino de uma língua, seja ela materna ou estrangeira<sup>1</sup>, constitui uma importante vertente de estudos, há tempos desenvolvida por diversos teóricos, o que atribui determinada densidade teórica para a área, que acumula, ao longo da história, diversas hipóteses para a aquisição de línguas, com diferenciações quanto aos conceitos abordados e às metodologias de ensino propostas. Tal fator contribui para uma diversidade considerável de termos e perspectivas teóricas, o que ocasiona certa opacidade no entendimento e possível aplicação destes conceitos no fazer professoral em sala de aula.

Partindo desta problemática, alguns autores contemporâneos abordam a temática com o intuito de dirimir os impasses ocasionados pela diversidade terminológica da área. Em estudo publicado em 2014, Jordão aborda a questão em seu trabalho denominado “Quem dá conta?”, discutindo as diferentes aplicações dos termos Língua Franca, Língua Estrangeira, Língua Internacional e Língua Global, observados a partir da práxis pedagógica do ensino-aprendizagem do inglês nas escolas públicas brasileiras. Como apontado pela autora, é possível notar, nos últimos anos, um aumento na diversidade de terminologias relacionadas ao ensino de línguas, percepção que culmina no estudo dos termos supracitados, com análises voltadas para a historicidade do termo Língua Estrangeira, utilizado durante muito tempo no contexto educacional brasileiro, e demais termos que surgiram recentemente nos estudos da área.

Baseada em Friedrich e Matsuda (2010), Jordão (2014) expõe, na primeira seção de seu trabalho, as perspectivas relacionadas aos termos Inglês Língua Estrangeira (ILE), Inglês Língua Franca (ILF) e Inglês Língua Internacional (ILI). Friedrich e Matsuda (2010) defendem a ideia de que o termo ILF deve ser tratado levando em consideração sua fluidez, pois depende das funções assumidas pela língua em seus variados contextos de uso. O termo ILI surge, nesta abordagem teórica, como uma “sub-função” (sic) do ILF, pois seu contexto de uso é mais restrito, sendo utilizado por pessoas que possuem diferentes línguas maternas, como língua comum para comunicação. O termo ILE, por sua vez, seria aplicado exclusivamente em contextos de ensino-aprendizagem do inglês, em seus contextos específicos de aquisição, assim como o uso do termo Inglês Língua Adicional (ILA).

---

<sup>1</sup> Nossa pesquisa mostra uma diversidade considerável de Unidades de Significação especializada (USE) envolvendo o termo língua e os contextos de ensino-aprendizagem possíveis, contudo, nesta primeira parte do trabalho, optamos por citar os dois termos mais comuns quando falamos em ensino de língua.

Como podemos perceber, há diferenciações minuciosas nos usos e nas aplicações das Unidades de Significação Especializadas, fator que culmina na necessidade de estudos voltados para as terminologias dos termos envolvidos no processo de ensino de línguas, com a finalidade de auxiliar nos usos mais assertivos dos termos por parte dos profissionais envolvidos no processo de ensino de línguas.

Como aponta Moraes (2009), após a segunda guerra mundial, com a ascensão do capitalismo, houve certa valorização da prática em detrimento de teorias e ontologias do conhecimento, para que as novas demandas do mercado fossem atendidas, a profissionalização e formação eram realizadas com base na observação e intervenção na realidade imediata, sem análises mais aprofundadas e reflexivas, típicas do fazer científico e teórico. Tal aspecto da sociedade reverbera atualmente na formação de nossos professores, que devem desenvolver suas metodologias a partir de práticas advindas da observação da realidade imediata da sala de aula.

Em estudo denominado “Ensino de línguas estrangeiras: Ocupação ou profissão?”, Celani (2001) questiona a formação do professor de línguas estrangeiras. Ao longo dos anos, o ato de ensinar uma língua era visto apenas como uma ocupação, fator que culminava em uma formação tecnicista, de domínio apenas da língua que se pretendia ensinar, aproximando-se do conceito de ocupação, ao passo que se distancia da profissionalização, tornando ínfimo o domínio teórico a respeito das práticas de ensino. No final do século 19, há o que Crystal (2005) chama de “revolução” no âmbito da linguagem: o tratamento cientificista acerca das línguas e, conseqüentemente, no ensino de línguas, fator que impulsionou os estudos na área e o surgimento de novos termos para contemplar as realidades diversas nos usos das línguas e as descobertas científicas realizadas. Porém, os resultados obtidos por intermédio desses avanços não chegam até o professor de línguas com clareza e precisão, visto a opacidade terminológica na área e a crescente descoberta de novas realidades linguísticas que necessitam de definição.

Como exposto por Celani (2001), é necessário que haja uma rigorosa profissionalização do professor de línguas, com o fito de embasar uma formação calcada na reflexão e adaptação de práticas aos diversos contextos. Como bem destaca a autora, o professor de línguas deve ter conhecimento especializado de sua área, ao passo que seja capaz de refletir a respeito das diversas teorias e adaptá-las aos contextos, objetivos e público-alvo que está lidando em cada situação de ensino em que está envolvido.

Desta forma, é importante destacar que nossa proposta de Vocabulário tem como objetivo disponibilizar aos professores de línguas um material crucial em sua formação continuada, que o auxiliará em suas escolhas metodológicas e no entendimento a respeito das

necessidades impostas por cada grupo de alunos. Por exemplo, ter domínio a respeito das significações dos conceitos de língua estrangeira, língua segunda, língua nacional, língua oficial etc., poderá auxiliar na identificação mais precisa das necessidades dos grupos de alunos e contextos de ensino aos quais o professor tem contato, tornando o processo de aprendizagem mais eficiente.

O professor de línguas, de acordo com o posicionamento adotado, é visto, portanto, como profissional de uma área específica, não apenas como o detentor de conhecimento da língua que leciona, buscando estar em constante processo de aprendizagem, transpondo os conceitos teóricos para sua prática em sala de aula.

O dicionário de língua geral vem, historicamente, sendo a base para pesquisas a respeito do léxico das línguas, elencando significados e servindo como referência quanto à fonologia, ortografia e contextos de uso. Sua utilização, ao longo da história, remete à construção histórica e cultural das sociedades, exercendo forte influência durante a formação acadêmica dos indivíduos. Na atualidade, trabalhos que abordam a utilização de dicionários nas salas de aula demonstram a importância de abordagem deste tipo de obra durante a formação dos estudantes (DURÃO; BOLZAN, 2010).

Obras terminológicas, atreladas a áreas específicas de conhecimento, tem cumprido, por sua vez, importante papel na compilação e definição de termos de áreas de especialidade, contribuindo para a construção rigorosa dos avanços científicos e disseminação do conhecimento alcançado. Sua importância para a sociedade é notória, visto sua utilização ao longo do tempo, adquirindo relevância nos diversos níveis escolares. Com a popularização da internet e divulgação científica acelerada, este tipo de obra tem atingido um grupo mais diverso de pessoas, incluindo leigos e profissionais de áreas afins.

Desta forma, destacamos que, apesar de nosso público-alvo ser constituído por professores e aprendizes de línguas, considerando o atual contexto de consumo de informações, é importante considerarmos a ampliação de consulta das informações aqui levantadas por leigos e interessados pelo assunto.

Tendo em vista tal realidade, propomos a apresentação de um caminho metodológico para a construção de um vocabulário voltado para professores de línguas, bem como o prelúdio de candidatos a termo e suas respectivas definições, com o objetivo de proporcionar maior domínio em relação aos contextos de uso dos termos específicos relacionados ao ensino de línguas, assim como contribuir para a disseminação do conhecimento produzido pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas e desenvolvimento da temática em trabalhos futuros.

Destacamos três questões de pesquisa muito caras ao nosso estudo, a primeira indagação diz respeito a quais Unidades de Significação Especializadas possuem maior incidência no corpus de domínio técnico-científico analisado. Tal questionamento se faz necessário para que o levantamento dos termos envolvidos neste trabalho seja relevante para os profissionais que atuam na área da educação, bem como para a divulgação científica mais abrangente, pois a recorrência dos termos revela o interesse dos profissionais da área em discorrer sobre os conceitos que atendem às suas necessidades investigativas.

O segundo questionamento versa a respeito de quais as possíveis etapas práticas envolvidas no processo de elaboração de uma obra terminológica, visto as especificidades deste tipo de obra em relação a obras lexicográficas, por exemplo, uma vez que aborda conceitos que perpassam por diversas teorias, gerando determinada densidade e variações conceituais. A delimitação das etapas práticas, portanto, implica em escolhas teóricas que impactam diretamente no resultado pretendido, assim, decorre a importância de haver uma delimitação precisa destas etapas, para que os objetivos iniciais sejam alcançados.

O terceiro questionamento está relacionado a quais definições são assumidas pelos termos, considerando as diversas correntes teóricas e as possíveis variações de significação, impactadas pelo contexto de uso. Tal questionamento é crucial para a formação continuada do professor de línguas, que passará a ter acesso à compilação e definição de termos relevantes para o bom desenvolvimento de suas ações em sala de aula.

Pretendendo flagrar os usos *in vivo* dos textos especializados, trabalharemos com um corpus de domínio técnico-científico disponibilizado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O corpus, denominado COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução, conta com ferramentas como: Concordanciador, gerador de N-gramas<sup>2</sup> e Lista de palavras. Ao todo, o corpus contém textos relacionados acerca de 20 áreas diversas de especialidade, como culinária, fotografia, ciências da saúde, entre outras, contudo, contém apenas um trabalho mencionado em seu site como produto de análises realizadas por meio do corpus: o “Vocabulário de festas populares brasileiras”.<sup>3</sup> Seguindo os objetivos de nosso estudo, o levantamento dos termos abordados será realizado com base apenas no corpus de especialidade linguística, disponibilizado pela referida Faculdade.

---

<sup>2</sup> “Um n-grama é uma sequência de n itens dentro de uma frase. Os itens podem ser palavras, letras, sílabas, classificação gramatical das palavras, ou qualquer outra base.” (VILELA, 2011, p.23)

<sup>3</sup> O acesso ao site foi realizado no dia 16 abr. de 2020. Link: <<http://comet.flch.usp.br/glossarios>>.

Após o levantamento inicial dos termos no corpus COMET, percebemos, a partir da composição da base definicional, que alguns termos recorrentes nos trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos, não estavam contemplados no referido *corpus*. Com isso, realizamos um segundo mapeamento de termos encontrados nos títulos de teses e dissertação publicados no ano de 2018 e disponibilizados na Plataforma Capes; gerando uma segunda listagem de termos.

Coadunando com os postulados de Barbosa (2001), denominaremos o resultado de nosso trabalho como “vocabulário”, em detrimento dos termos dicionário, glossário ou outros que possam emergir no âmbito dos estudos terminológicos e lexicográficos. Para a referida autora, a denominação de cada obra está diretamente relacionada aos níveis de atualização da língua, sendo os dicionários ligados ao sistema linguístico como um todo, definindo todo o léxico disponível em dado sistema linguístico. Os vocabulários, por sua vez, estão ligados a utilização mais especializada da língua, sendo associados a uma área do conhecimento, por exemplo. Por fim, os Glossários estariam relacionados a usos particulares da língua, sendo dispostos ao final de um texto em específico, definindo termos, palavras ou expressões utilizadas em sua construção.

Como exposto por Almeida (2006), é crucial, ao pôr em prática a construção de uma obra terminológica na contemporaneidade, que tomemos como ponto norteador os aparatos da linguística e tenhamos coerência metodológica para que seus preceitos sejam aplicados. Desta forma, tomando a Teoria Comunicativa da Terminologia como uma das bases teóricas de nosso trabalho, moldaremos as etapas práticas apresentadas em nosso estudo de acordo com seus postulados.

Após a análise do corpus, seguiremos com o mapeamento das possíveis Unidades de Significação Especializadas, considerando que, segundo a teoria terminológica adotada, não apenas os substantivos poderão ser considerados termos do conhecimento especializado, mas outros elementos linguísticos como verbos, adjetivos, fraseologismos etc. O foco de análise está na unidade de significação, não no conceito a elas atribuído. A análise das unidades será realizada com base em seu contexto real de uso, considerando suas possíveis variações conceituais e denominativas.

Após as considerações conceituais e teóricas apontadas logo acima, seguiremos com a redação das definições e com a estruturação da micro e macroestrutura do produto de nossa pesquisa. Tais aspectos, por serem de ordem técnica, serão detalhados na metodologia da presente pesquisa.

Desta forma, no segundo capítulo de nosso trabalho abordaremos a importância de obras terminológicas para a ação dos professores em suas atividades profissionais, elencando os trabalhos de maior influência na linguística e na linguística aplicada, escritas por autores de renome em suas respectivas áreas de atuação.

No subitem seguinte, abordaremos três Unidades de Significação Especializadas, com o objetivo de detalhar as discussões envolvidas nos usos de tais termos. Para tanto, problematizaremos os conceitos atrelados aos termos: Língua de herança, Língua de acolhimento e Língua estrangeira, apontando as diferenciações e os pontos de confluência entre os conceitos abordados, com o objetivo de exemplificar que, apesar de terem diferenciações bem claras, os conceitos abordados são fluídos e, a depender do contexto e da teoria que o embasam, podem se aproximar.

As etapas práticas postuladas por Krieger e Finatto (2004) também serão expostas neste capítulo, juntamente com os critérios de diferenciação na denominação de obras terminológicas e lexicográficas, com o intuito de ancorar nossa escolha em denominar o produtor de nossa pesquisa como “vocabulário”, entre tantos outros disponíveis nas teorias especializadas.

Outro ponto abordado no segundo capítulo diz respeito aos apontamentos quanto às escolhas definicionais tomadas ao longo do nosso trabalho, apresentado as indicações para a redação das definições, etapa crucial do processo de elaboração de uma obra terminológica, visto que um dos objetivos principais deste tipo de trabalho é apresentar um compilado de definições para o público-alvo ao qual se vincula.

No terceiro capítulo, abordaremos a metodologia utilizada para a construção do nosso trabalho, elencando as etapas práticas realizadas, partindo do levantamento de termos por meio do corpus COMET, passando para a construção da base definicional, utilizada na elaboração do prelúdio das definições propostas em nosso trabalho. Abordaremos, também, nosso modelo de micro e macroestrutura, bem como de verbete.

Apresentaremos nos apêndices as listas de candidatos a termos, para a elaboração destas listas, iniciamos nosso levantamento no corpus COMET, por se tratar de um corpus já tratado e disponibilizado gratuitamente na internet, com fácil acesso e consulta rápida. A partir da elaboração desta primeira listagem de termos, buscamos elucidar algumas lacunas não preenchidas durante a análise do corpus COMET, para tanto, consultamos nossa base de textos utilizados para a elaboração das definições, e identificamos alguns termos que não eram abordados no corpus supracitado. Desta forma, construímos duas listagens de candidatos a termo, uma oriunda do corpus COMET, apresentada no apêndice 1, e uma segunda listagem, advinda da base definicional, apresentada no apêndice 2.

Tendo em vista a evidente contribuição deste construto teórico/prático, destacamos as profícuas contribuições para o trabalho do professor de línguas, visto seu curto tempo de formação e a diversidade de teorias e conceitos característica desta área de estudo e atuação profissional. A contribuição desta pesquisa reverbera no desenvolvimento de novas pesquisas científicas na área, pois trará subsídios para reformulações, críticas e (re)inserções conceituais relacionadas ao ensino de línguas. Visto que o levantamento de termos e as definições propostas não são resultados “estanques”, pois, naturalmente, a língua muda, e com ela as definições das línguas de especialidade também.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A importância da definição de termos para a formação docente e sua utilização em sala de aula

Todo campo disciplinar exige a delimitação de um campo de atuação, com seu(s) objeto(s) de estudo e definições conceituais que compilam as descobertas realizadas e sintetizam o conhecimento adquirido frente às demais áreas disciplinares. Com os estudos acerca do ensino e aprendizagem de línguas, não seria diferente, visto que este campo disciplinar conta com reconhecida diversidade de termos e contextos de uso.

A diversidade de contextos de ensino-aprendizagem de línguas é baseada em diversos fatores contemporâneos, como I) aumento do fluxo migratório em âmbito mundial; II) internacionalização do ensino e do comércio; III) acordos diplomáticos entre países com línguas distintas; III) aumento de trocas culturais e linguísticas por meio da internet etc.

Abordando apenas os contextos de ensino atrelados a língua portuguesa, Lisboa (2020) cita as possibilidades de conjuntura do ensino do português ao redor do mundo:

(i) ensino-aprendizagem para/por descendentes de famílias lusófonas vivendo na diáspora, alfabetizados ou não em outras línguas; (ii) ensino-aprendizagem da língua para/por profissionais e estudantes em períodos de intercâmbio em países lusófonos; (iii) ensino-aprendizagem para/por pessoas em situação de migração de crise e para imigrantes voluntários; (iv) ensino-aprendizagem para/por pessoas que vão para países lusófonos como turistas; (v) ensino-aprendizagem para/por pessoas que nasceram em países de língua majoritária ou oficial portuguesa, mas que não possuem o português como língua materna, dentre muitos outros cenários possíveis. (LISBOA, 2020, p. 287)

Tendo em vista tais fatores, o ensino e a aprendizagem de línguas se estabelecem com diferentes objetivos e em meios distintos, gerando novas realidades que necessitam de ferramentas e métodos pedagógicos adaptados a cada público-alvo, tais modificações no âmbito prático e teórico precisam ser definidas por meio de termos específicos. Conceitos relacionados a determinados termos também podem sofrer alterações, fazendo com que seja necessária a análise de novas ocorrências, bem como os contextos de utilização das Unidades de Significação já existentes.

O professor envolvido nestes processos de ensino e aprendizagem deve ter clareza desta heterogeneidade de contextos, assim como de termos e conceitos inerentes a sua área de atuação. Volpi (2008) destaca a importância de o professor de línguas dominar os conceitos envolvidos em sua prática docente, com o intuito de desenvolver com maior eficiência suas funções, se distanciando do papel de professor tido como mero transmissor de conteúdo.

No âmbito do ensino de língua estrangeira, a função do professor se limitava à mera aplicação de um método ou à utilização de materiais didáticos previamente elaborados, e, como mero instrutor, *transmitir os seus conhecimentos a partir de decisões tomadas sem sua participação direta e com o respaldo de teorias linguísticas na maioria das vezes por ele desconhecidas.* (VOLPI, 2008, p. 126. Grifos nossos.)

Como exposto pelo autor, é necessário que o professor de línguas se distancie das funções anteriormente assumidas, adotando novas perspectivas, com papel social mais abrangente e assertivo. Dentre as novas funções assumidas pelo professor, o autor o destaca como facilitador da aprendizagem, avaliador, realizando a transmissão de informações, assessorando e atendendo os alunos, além de realizar a diagnose.

Dentre estas funções, a diagnose é bastante cara para nosso trabalho. Segundo Globe e Poter (1980, p.64), a diagnose “implica um cálculo acertado das necessidades do indivíduo”, baseado nos conhecimentos, aspectos culturais, sociais e habilidades comunicativas exigidas pelo contexto em que a educação será implementada; tais aspectos tornam-se, portanto, cruciais para que o professor de línguas desempenhe suas funções de maneira satisfatória.

Para realizar a diagnose, é necessário, além do conhecimento acerca do contexto em que o processo educacional será implementado, o conhecimento teórico a respeito dos conceitos que embasarão suas escolhas didático-pedagógicas. Desta forma, ao ter a sua disposição um material terminológico próprio de sua área, o professor poderá realizar estas escolhas de maneira mais objetiva, aprofundando-se em determinados termos, caso necessário. A respeito da importância de ter conhecimento sobre as definições e teorias que embasam tais definições, Spinassé (2006) assevera:

Como linguistas, confrontamo-nos frequentemente com os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira, muitas vezes sem nos darmos conta, de quão peculiares são esses termos e de quão específicas e difíceis são suas definições. A eles estão ligados outros tantos conceitos e pressupostos, como a própria definição do que é língua e a reflexão metodológica do ensino de uma língua. (SPINASSÉ, 2006, p.1)

A partir do trecho supracitado, destacamos que o produto de nossa pesquisa não visa apresentar um resultado uno, fechado. A concisão dos termos abordados visa a direcionar pesquisas mais aprofundadas por parte dos professores, caso necessário, apresentando uma diversidade de contextos de uso e possibilidades de definições, auxiliando na tomada de decisão, afinal, há diversas situações “fronteiriças” com as quais o professor precisa lidar, como destacado por Murta, Bacalá e Souza (2017, p. 343):

Nesse cenário de fluxo intenso de informações, de comunicação entre pessoas e de variada diversidade de línguas, indagamos sobre que termo usar para denominar uma língua em aprendizagem que não a língua materna (LM) ou língua primeira (L1): língua estrangeira (LE), segunda língua (SL), língua não materna, língua adicional, língua de herança, língua de contato, língua-alvo, língua de acolhimento?

O material elaborado objetiva, portanto, apresentar aos profissionais e estudantes da área a diversidade de termos, contextos de usos e possíveis definições dos termos mais utilizados nas recentes pesquisas, aprimorando e embasando as práticas em sala de aula.

As sociedades enfrentam, cotidianamente, mudanças políticas, econômicas, culturais etc. que impactam diretamente em suas relações linguísticas, ampliando suas necessidades e fomentando mudanças em diversos campos de atuação, provocando, assim, o aparecimento de variados contextos de ensino-aprendizagem de línguas, acompanhado de termos e conceitos que visam descrever tais cenários. Neste tópico de nosso trabalho, abordaremos alguns exemplos que circulam em textos específicos da área, apresentando as discussões a respeito das seguintes unidades de significação: Língua de herança, língua de acolhimento e língua estrangeira.

Os conceitos relacionados a cada um dos termos supracitados é alvo de discussões no âmbito acadêmico. As visões apresentadas neste tópico não visam apresentar uma discussão longa e exaustiva sobre cada um, mas apresentar problemáticas habituais nos textos específicos e demonstrar de que forma esses conceitos se aproximam ou se distanciam, a depender das correntes linguísticas que os abordam.

Para caracterizar os contextos habituais de aplicação do termo “língua de herança”, Flores (2013) expõe alguns exemplos de informantes:

Lucas tem 28 anos, nasceu e vive em Hamburgo/Alemanha. Concluiu o ensino secundário alemão (13º ano) e formou-se na área das telecomunicações. Os pais de Lucas, ambos portugueses que emigraram nos anos 70 para a Alemanha, já estão reformados e, entretanto, voltaram a Portugal. Com os pais, Lucas só fala em português. Lucas vive com o seu irmão mais velho, Caio (35 anos), com quem

comunica em português e em alemão. Noutros contextos quotidianos e profissionais apenas fala alemão, a língua que considera dominar melhor. Lucas frequentou aulas de língua portuguesa, destinadas aos filhos dos emigrantes portugueses, até ao 9º ano. Sente-se português e não exclui a hipótese de se mudar para Portugal no futuro.<sup>4</sup> Luísa, 20 anos, nasceu na Alemanha, onde cresceu com as duas línguas, o alemão e o português. Com dezanove anos veio para Portugal com os pais e entrou na universidade, no curso de Línguas Aplicadas. Luísa considera não dominar tão bem o português como domina o alemão e relata-nos o seu medo em falar português em público por receio de errar e ser exposta a troça.<sup>5</sup> (FLORES, 2013, p. 2)

Ambos os exemplos abordam o português como língua de herança falada por filhos de imigrantes, que, desde a mais tenra idade conviveram com a língua portuguesa e, posteriormente, com o alemão, língua da comunidade que o acolheu. Algumas discussões apontam para a problemática do domínio das línguas de herança em contextos como os expostos acima.

Tais discussões giram em torno do status de língua materna, neste caso do português como língua materna, aquela aprendida no seio familiar. Como visto nos exemplos, apesar de ter aprendido primeiramente o português e utilizá-lo em comunicações informais com a família, os informantes eram expostos, na maior parte do tempo, à sua língua de acolhimento, o alemão. Desta forma, durante o processo de escolarização, em interações com amigos e com o restante da comunidade, o alemão prevalecia, fator que originou uma maior competência na língua alemã, em detrimento da língua materna, o português.

Essa diferenciação entre língua materna e língua de herança é, portanto, crucial para se entender o processo de aprendizagem das línguas de herança, visto que não ocorre como o processo de aprendizagem relacionado às línguas maternas quando constituem, também, a língua da comunidade em que o indivíduo está inserido.

Na tentativa de diferenciar esses contextos, alguns autores buscaram outras denominações para conceituá-los:

Há menos de três décadas, estes falantes eram apelidados de ‘semi-falantes’ (semispeakers, Dorian 1981), ‘falantes com uma aquisição incompleta da L1’ (incomplete acquirers, Montrul 2002), pseudo-bílingues (pseudo-bilinguals, Baker; Jones 1998) ou mesmo ‘falantes de uma língua de cozinha’ (speakers of ‘kitchen language, cf. discussão em Polinsky e Kagan (2007)). (FLORES, 2013, p. 5)

<sup>4</sup> Informante entrevistado no âmbito da Dissertação de Mestrado de Senra (2010).

<sup>5</sup> Informante entrevistada no âmbito do Projecto FCT POCI/LIN/59780/2004, cujos resultados são apresentados em Flores (2008) e Flores (2010).

As denominações acima, apesar de soarem pejorativas, por apresentarem o processo de aprendizagem como incompleto, imperfeito, visam diferenciar os termos “língua materna” e “língua de herança”. O tratamento dado a este tipo particular de falante deve-se ao fato de que a aquisição da língua de herança é realizada, na maioria dos casos, em contextos informais e restritas apenas ao uso familiar, visto que durante o processo de escolarização formal, nas interações com amigos, a língua da comunidade é dominante. Esta exposição muito restritiva ao contexto familiar/particular, é um dos fatores utilizados por autores que argumentam que a língua de herança é adquirida de maneira deficitária, incompleta.

Contudo, conforme destaca Pires (2011), as particularidades notadas na língua de herança não devem ser interpretadas de modo negativo, como imperfeita ou incompleta, visto que, em primeira análise, a distância geográfica afeta sobremaneira o desenvolvimento das línguas de modo geral, não apenas as línguas consideradas “de herança”, sendo um dos principais fatores, inclusive, para mudanças diacrônicas, como no caso do inglês falado no Reino Unido, nos Estados Unidos e demais países do mundo.

O segundo fator levantado pela autora diz respeito a falta de contato com as variedades da língua materna, considerando que a exposição aos usos de diversas camadas sociais e situações comunicativas distintas contribui para um conhecimento limitado do vocabulário disposto em sua língua de herança.

Como exposto, o conceito de língua de herança apresenta diferenciações consideráveis em relação à competência linguística dos falantes, considerando o processo de escolarização e aprendizagem informal, característicos desta forma particular de aquisição linguística. Fatores que precisam ser dominados pelos professores de línguas, pois, ao se depararem com um aprendiz de uma língua de herança, poderá realizar escolhas mais eficazes durante aquele processo de ensino específico.

Outro conceito já citado ao longo da abordagem acerca da língua de herança é a língua de acolhimento, caracterizada como a língua falada pela comunidade em que o indivíduo, por motivo de migração ou refúgio, está inserido. Nos casos utilizados para exemplificar os contextos de língua de herança, a língua alemã, aprendida pelos informantes após a migração de seus pais, constitui, no primeiro momento, uma língua de acolhimento para aquela família estrangeira, que não possui proficiência na língua da comunidade local.

As problemáticas em torno da língua de acolhimento, na literatura especializada, giram em torno das políticas linguísticas exercidas pelos Estados para oferecer apoio às pessoas em situação de deslocamento forçado, com o intuito de inserir tais indivíduos na sociedade. Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem ganha destaque, em um contexto em que a

significação do termo “língua de acolhimento” só será efetivada se, de fato, houver o acolhimento das pessoas necessitadas. Assim, políticas linguísticas de Estado visam a construção de programas de aprendizagem que acolham os sujeitos estrangeiros e os insiram na sociedade.

Em Portugal, surge o programa Portugal Acolhe, que preconiza o seguinte modelo de ensino:

O programa, chamado Portugal Acolhe – Português para Todos, foi criado no âmbito do Plano de Integração dos Imigrantes, publicado em 2007, e é uma iniciativa conjunta do Ministério do Trabalho, da Solidariedade Social, do Ministério da Educação e da Presidência do Conselho de Ministros. Os cursos de Língua de Acolhimento estão organizados em três percursos de formação, divididos pelo que Cabete (2010) chama de “áreas de competência”: língua portuguesa, cidadania e português técnico. (ANUNCIACÃO, 2018, p. 33)

Destacamos que, ao personalizar um modelo específico de ensino para falantes em situação de refúgio, há uma divisão entre a aprendizagem da língua em si e um eixo de cultura e cidadania, fator a ser considerado na concepção conceitual de língua de acolhimento, em Portugal e no contexto europeu. Concepção esta que preconiza uma divisão da língua dissociada das práticas sociais.

Quanto às especificidades do processo de ensino em um contexto de acolhimento, Oliveira (2010) destaca três pontos essenciais:

- a aquisição da segunda língua do migrante tem lugar em contextos tão variados como a sala de aula ou o meio envolvente;
- a aprendizagem da segunda língua tem lugar num ambiente de maior pressão social, legal, económica, etc, do que num contexto normal de aprendizagem. Têm necessidades linguísticas precisas, dependendo das necessidades e exigências práticas da sociedade em que estão integrados.
- a natureza multilingue em situação de sala de aula. (...) Com grupos de migrantes, a base linguística (uma ou mais línguas, nem sempre adquiridas correctamente, com eventual iliteracia), o contexto linguístico (o uso de diferentes línguas em casa e fora da sala de aula) e a motivação ou pressão para aprender uma língua difere do contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira (OLIVEIRA, 2010, p.36).

Destacamos o último ponto abordado pela autora, ao diferenciar o contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira em relação a aprendizagem de uma língua de acolhimento, tal delimitação torna-se crucial para que os conceitos atrelados ao termo “língua de acolhimento” sejam consolidados. Todas as considerações aqui expostas constituem fatores decisivos para a definição conceitual da Unidade de Significação abordada, caracterizando suas

particularidades em relação aos outros termos da área e situando o processo de ensino-aprendizagem com demandas específicas.

Prosseguindo com as problematizações propostas neste tópico, abordaremos o termo “língua estrangeira”, que diante das novas possibilidades e nuances dos contextos específicos de aprendizagem, tem se relacionado com outros termos. Como vimos na conceituação de língua de acolhimento, o conceito de língua estrangeira também está relacionado, caracterizando uma certa proximidade entre os conceitos. Uma língua de acolhimento é uma língua estrangeira aprendida em um contexto diferenciado de deslocamento forçado dos aprendizes, fator que contribui para uma aprendizagem bastante particular.

Para caracterizar uma língua estrangeira, é importante destacar que a identificação de uma LE é fluida, ou seja, uma língua considerada estrangeira, no primeiro contato de migrantes com o país em que busca refúgio, passará a ser sua segunda língua, ao passo que esta estará inserida em seu cotidiano comunicativo, sendo utilizada em escolas, trabalho etc. A respeito de tais modificações, Souto (2014) destaca:

Não existe, na verdade, uma “receita” para a diferenciação entre primeira língua, segunda língua e língua estrangeira. O status de uma língua também pode variar com o tempo, é necessário apenas estabelecer uma outra relação com ela. Se uma criança que aprendeu o inglês como segunda língua na Inglaterra, muda para Portugal e a língua anglo-saxônica perde a importância na sua vida, a criança perde essa relação básica com ela, e ela pode se tornar, com o passar do tempo, uma língua estrangeira – se não for completamente esquecida. (SOUTO, 2014, p. 4)

Assim, poderíamos definir uma língua estrangeira como uma língua não falada pela população local, em que seu contexto de uso é limitado a situações específicas promovidas pelo processo de ensino-aprendizagem formal. O falante não a utiliza nas situações comunicativas do dia a dia pois não está inserido no contexto geográfico ou social da língua-alvo. Um exemplo do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira é o ensino do inglês em território brasileiro.

Com o detalhamento dos contextos de uso e das diferenciações que baseiam os termos aqui abordados, pretendemos demonstrar de que forma os conceitos se relacionam, se distanciam e se aproximam, a depender da teoria utilizada e das situações de ensino-aprendizagem vivenciadas. Tais perspectivas impactam diretamente nas conceituações assumidas, nas definições elaboradas na presente pesquisa e na futura utilização destes conceitos na formação teórica dos professores.

Obras terminológicas voltadas para a área de atuação da linguística têm ganhado força nos últimos anos. No campo dos estudos linguísticos gerais, entre as obras de maior notoriedade, podemos citar “O dicionário de análise do discurso”, escrito por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2016), no qual os termos associados à área de Análise do Discurso (AD) são definidos pelos teóricos supracitados, consolidados como referência em suas áreas de atuação na linguística.

“O dicionário de semiótica” também constitui importante obra na terminologia do campo de estudos da linguística, Greimas e Courtes (2008) justificam suas escolhas de criação de um dicionário afirmando:

As vantagens são evidentes: permite acesso imediato ao conjunto da terminologia em uso, torna mais fácil a ulterior introdução dos suplementos de informação que os progressos das pesquisas não deixarão de carrear, e, sobretudo, legitima a colocação lado a lado de segmentos metalinguísticos cujo grau de elaboração e de formulação é bastante desigual, justapondo definições rigorosas, exposições incompletas e indicações de domínios problemáticos, ainda inexplorados. (GREIMAS; COURTES, 2008, p. 2)

Os autores apontam as vantagens de criação de um dicionário voltado para a semiótica, em que o conjunto de conhecimentos adquiridos pela área pode ser compilado e objetivamente consultado por interessados nos estudos desenvolvidos. Além de explorar segmentos linguísticos inexplorados e definidos de maneira desigual ou problemática.

A obra de Greimas e Courtes conta com apresentação dos termos em ordem alfabética, bem como suas correspondências em língua francesa e língua inglesa. Trata-se de um dicionário que visa a apresentar as definições dos termos de uma forma mais filosófica, traçando um caminho teórico preestabelecido, não apresentando as possíveis divergências de definição dos conceitos abordados. Sobre o dicionário de semiótica, Fiorin (2008) assevera:

Um dicionário razoado não é eclético. Ao contrário, ele faz uma reflexão sobre os conceitos, inscreve-os no contexto teórico próprio, examina sua comparabilidade com outros e analisa a possibilidade de uma homologação entre eles. Ele tem uma direção teórica. *Seu objetivo não é apresentar todo o conhecimento adquirido, mas enunciar problemas e circunscrever um campo de saber e de investigação.* (FIORIN, 2008, p. 1. Grifos nossos.)

Conforme explicitado por Fiorin (2008), um dicionário (ou obras terminológicas, de maneira geral) não englobam todas as definições possíveis de uma Unidade de Significação Especializada, pois, inevitavelmente, possui uma direção teórica-metodológica que orienta as

reflexões a respeito dos conceitos e definições homologadas na redação dos termos abordados. Desta forma, destacamos que a obra que se pretende construir por meio desta pesquisa, seguindo o movimento natural de todas as obras terminológicas, adota uma postura particular na coleta, definição e organização dos termos, fator que contribui para uma abordagem não exaustiva, na qual as possibilidades de definição podem ser desenvolvidas e aprimoradas em trabalhos futuros.

No campo das obras terminológicas voltadas para a linguística aplicada, destaca-se o trabalho dos professores José Carlos Paes de Almeida Filho e John Robert Schmitz, denominado “Glossário de Linguística Aplicada”. A obra, publicada em 1998, conta com 3.500 expressões em português e suas respectivas equivalências em língua inglesa. Não há definições de termos, apenas a lista de correspondência supracitada.

Como toda obra terminológica, as definições e levantamento de termos se tornam defasados à medida que a área de conhecimento se desenvolve, visto que o surgimento de novos termos e as variações conceituais são inerentes, exigindo uma constante atualização terminológica, tanto de levantamento de termos quanto de definições.

Com isso, percebemos uma lacuna de trabalho a ser desenvolvida, que consiste na atualização dos termos envolvidos na área, visto que, desde a publicação da obra supracitada, diversos termos surgiram e definições foram alteradas, a partir da explosão de ferramentas e modalidades de ensino, decorrente, principalmente, do acentuado processo de globalização e mudanças enfrentadas pelos sistemas educacionais nos últimos anos.

## **2.2 Aspectos terminológicos**

Segundo Lorente (2004, p.18), o principal objetivo da Terminologia é “dar conta do funcionamento das unidades lexicais especializadas em situações comunicativas profissionais, acadêmicas ou científicas”. Com isso, busca-se uma linguagem científica mais compreensível, clara, concisa etc., inclusive em contextos multilíngues.

A importância da Terminologia para o fazer científico vem sendo explorada desde a sua fundação, com viés prescritivo e normalizador dos termos técnicos-científicos das mais diversas áreas. Desta forma, percebemos, nos últimos anos, o crescimento de obras cada vez mais especializadas, que se propõem a condensar, documentar ou até mesmo prescrever os usos dos termos especializados. Apesar dos avanços nestas pesquisas e da evidente contribuição da terminografia para a documentação e avanço das pesquisas nas mais diversas áreas, não

contamos com um vocabulário específico para o professor de línguas, fator que culmina em nosso interesse em apresentar uma metodologia para a elaboração do referido material.

A Terminologia vem se constituindo como campo do saber desde os estudos das escolas de Viena, Praga e Rússia, através de seus principais expoentes: Wüster (fundador da escola de Viena) e os fundadores da escola Russa: Lotte e Drezen. Essas escolas clássicas apresentam traços em comum, que consistem na valorização da normatização dos termos, com o intuito de criar uma linguagem científica mais universal e eficiente.

Com enfoque na dimensão cognitiva do termo e com valorização da padronização, surge a Teoria Geral da Terminologia, registrada em obra póstuma denominada “Introdução à Teoria Geral da Terminologia e à Lexicografia Terminológica”, escrita por Wüster (1979). Apesar de Wüster considerar a necessidade de encarar os termos como monovalentes e não monossêmicos, a escola de Viena prossegue seus estudos desconsiderando a polissemia intrínseca das unidades lexicais, desenvolvendo técnicas prescritivas de padronização mundial dos termos, fator que corroborou para duras críticas por parte das teorias contemporâneas.

Visto que, em sua epistemologia, a terminologia possuía um viés transdisciplinar, de natureza prescritiva e normalizadora dos termos técnicos das diversas áreas do saber, a partir da década de 90, essa ciência passa por uma reformulação, tendo maiores contribuições dos estudos linguísticos. A contribuição linguística traz maior enfoque na pragmática e no discurso em que os termos estão inseridos, considerando, inclusive, os graus de especialidade envolvidos nas comunicações reais. Os termos passam, portanto, não apenas pela análise semântica, com foco nos aspectos cognitivos da conceituação, mas também por uma análise que considera as significações dos termos em seus contextos de comunicação (KRIEGER, 2004).

As contribuições linguísticas também refletem na ideia de que tratar os termos técnicos é também tratar de questões próprias da língua, não como uma vertente idealizada, analisadas *in vitro* e voltadas apenas para os especialistas. Neste esboço, surge a ideia de convergência entre a terminologia e a sociolinguística, com o fito de flagrar os usos linguísticos dos termos *in vivo*, considerando suas práticas sociais e seus recursos languageiros (GAUDIN, 1993). A consequência deste postulado é a consideração da variação terminológica nas comunicações especializadas, constituindo ponto precípuo da referida teoria.

Prosseguindo com a explanação a respeito do quadro de críticas e reformulações à TGT, destacamos a Teoria Comunicativa da Terminologia, elaborada pela professora da universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, Maria Teresa Cabré. Uma das principais contribuições desta vertente está centrada na valorização dos aspectos comunicativos, em detrimento do aspecto normalizador. A percepção de que as unidades terminológicas fazem parte da linguagem natural

e da gramática da língua também são pontos de destaque desta teoria. Para a TCT, não há distinção entre o que seria o “léxico comum” e os termos especializados, postulando a existência de unidades lexicais que, a depender do contexto de comunicação, podem adquirir status de termo em comunicações especializadas.

Convergingo com os conceitos da TCT, surge a Teoria Sociocognitiva da Terminologia, elaborada por Temmerman (2000), tendo como enfoque a hermenêutica. Um dos pontos cruciais desta teoria está na crítica ao racionalismo científico próprio da TGT e da desconsideração a respeito dos modos de constituição dos termos. De acordo com esta corrente teórica, “os termos são unidades de compreensão e de representação, funcionando em modelos cognitivos e culturais” (KRIEGER, 2004, p. 37). Desta forma, os termos estão em constante evolução, sendo constituídos por sinonímias e polissemias.

Esta breve exposição aponta para a percepção de que os estudos contemporâneos em terminologia estão cada vez mais distantes do conceito de normalização e prescrição características da primeira fase de estudos. Tal fator não deve culminar na ideia de exclusão total da epistemologia construída pela escola de Viena, mas na consideração de suas contribuições e proposição de avanços, considerando o pleno funcionamento da língua.

Tendo como ponto norteador a TCT, nosso trabalho será baseado em seus conceitos e modelos de análise, encarando as unidades terminológicas como Unidades de Significação Especializadas – USE. Como o foco desta teoria não está vinculado apenas ao termo e seu respectivo conceito, mas a todo o texto, unidades de significação como fraseologismos, unidades sintagmáticas, verbos e adjetivos também poderão ser incluídos, de acordo com suas associações e alternâncias com as unidades da língua. A respeito da importância de inclusão de fraseologismo, Tagnin (2004) assevera:

Esse aspecto é crucial para o tradutor, principalmente quando se trata de áreas técnicas, onde predomina uma terminologia tradicional, que praticamente ignora a fraseologia típica dessas áreas. Para o tradutor é imprescindível não só o contexto de ocorrência de um termo, mas também a fraseologia da área. Dessa forma, os glossários, que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Curso de Especialização em Tradução (CETRAD), incluem tanto os termos quanto a fraseologia de cada área. (TAGNIN, 2004, p. 122)

A identificação de termos de uma área do conhecimento não constitui tarefa fácil, porém é extremamente necessária para a construção de uma área de conhecimento. Dado seu caráter complexo e as várias perspectivas teóricas em torno da noção do que seria um “termo” para uma área de especialidade, é salutar apresentarmos os aspectos que permeiam estas diversas

perspectivas, bem como apresentar nosso posicionamento quanto a identificação e tratamento dado aos termos abordados em nossa pesquisa.

O uso de termos que visam a definição, padronização ou denominação de novas descobertas constitui elemento fundamental no estabelecimento das áreas de estudos, bem como no desenvolvimento do saber, em especial na redação científica, com o principal objetivo de garantir uma padronização de nomenclaturas e seus respectivos conceitos. Quanto a isto, Benveniste (1989) afirma:

(...) não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relações entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (BENVENISTE, 1989, p. 252).

Através do uso de termos, os seres humanos denominam tudo o que sua percepção é capaz de apreender da realidade a sua volta. Desta forma, estabelece-se a importância de estudos voltados para os termos das diversas áreas específicas de conhecimento.

Wüster (1998), nos primórdios da Teoria Geral da Terminologia, assim definia o que seria um termo:

Uma unidade terminológica consiste em uma palavra à qual se atribui um conceito como significado (...), ao passo que, para a maioria dos linguistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo (WÜSTER, 1998, p. 21 *apud* KRIEGER, 2004, p. 76)

Wüster diferencia o termo com base nas concepções de formação de palavras por parte de linguistas e terminólogos, tendo a atribuição de um conceito como ponto fulcral nesta diferenciação. O termo, portanto, se diferenciaria das palavras por conter um conceito invariável semanticamente. Em síntese, o termo se diferenciaria das palavras por estar inserido no âmbito dos conceitos e as palavras no âmbito dos significados. Coadunando com a ideia de invariância dos termos, Rondeau (1984) afirma:

O termo caracteriza-se no sentido de que para uma noção dada, há, teoricamente, uma única denominação. Esta característica do termo se funda sobre um postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado, relação do tipo reflexiva). (RODEAU, 1984, p.19 *apud* KRIEGER, 2004, p.77)

Gouadec (1990), por sua vez, é categórico ao afirmar que o termo “raramente se confunde com a palavra ortográfica” (1990, p.3), reafirmando que a categoria de termo está claramente separada das palavras de uso geral da língua, com uma fronteira de diferenciação bastante clara: a invariância semântica dos termos.

Esta concepção do termo como unidade unívoca do conhecimento é contrária a concepção adotada pelas correntes linguísticas da contemporaneidade, que abordam o termo como uma unidade linguística que não se distingue das palavras no que concerne seu funcionamento. Segundo estas novas proposições, o caráter prescritivo da TGT apaga os aspectos comunicacionais e pragmáticos envolvidos nos usos dos termos em suas respectivas áreas de especialidade.

Nessa visão mais abrangente, o termo compreende tanto uma vertente conceitual, expressando conhecimento e fundamentos dos saberes, quanto uma face linguística, determinando a naturalidade e integração aos sistemas linguísticos, além dos aspectos que se agregam a suas funcionalidades comunicacionais básicas: fixar e favorecer a transparência do conhecimento. (KRIEGER, 2004, p. 80)

De acordo com esta concepção, a diferenciação entre termo e palavra consiste em uma tarefa difícil. Muitos termos fazem parte da língua geral e muitas palavras, em contexto específico, passam a constituir termos. Então, como saber o que realmente é um termo em um texto especializado? Em alguns casos, marcas formais associadas à morfologia, por exemplo, podem ser o suficiente para identificarmos um termo científico, é o caso de termos advindos das línguas clássicas (latim, grego etc.) e que utilizamos na atualidade com um viés científico, visto que não há possibilidade de alterações por serem escritas em línguas mortas, ou seja, sem falantes nativos.

Na biologia, por exemplo, convencionou-se denominar cientificamente a ave denominada popularmente como “quero-quero” como “*Ramphastus tucanus*”, por conter marcas morfológicas próprias, em textos de variados domínios, pode-se identificá-lo como um termo científico com facilidade; mas como proceder em contextos em que estas marcas formais não são características distintivas entre palavras e termos?

Krieger (2004), apresenta um quadro síntese, com as principais características prototípicas dos termos, com base em sua dimensão linguística:

Quadro 1 – Dimensão prototípica do termo

**Nomes:** substantivos (*ácido*), adjetivos (*endotérmica*)  
**Sintagmas terminológicos:** (*relatório de impacto ambiental*)  
**Signos verbais plenos:** (*águas servidas*)  
**Signos verbais reduzidos:** siglas (*ONU*); acrônimos (*TERMISUL*); abreviaturas (*set = setembro*)  
**Signos não verbais:** Fórmulas ( $H_2O$ )

Fonte: KRIEGER, 2004, p. 82.

Contudo, apesar de apontar algumas características prototípicas do termo, a autora destaca:

Entretanto, no plano das análises linguísticas, considerar apenas as características morfosintáticas das terminologias seria algo bem limitado. Numa via de análise que seja mais abrangente, a aplicação terminológica que se volta para as metodologias de descrição das linguagens técnico-científicas terá que considerar o maior número de fatores que perpassam a comunicação *in vivo*: aspectos textuais, gramaticais, lexicais, extratextuais etc. (KRIEGER, 2004, p. 126)

Segundo Cabré (1999), não há um conjunto de termos afastados da língua geral, um arcabouço que se diferencia da língua corrente entre os usuários, portanto, o que define se determinada unidade linguística constitui um termo ou uma palavra não são suas marcas formais de análise, mas seu contexto de uso, a comunidade de fala em que está inserido, ou seja, sua dimensão pragmática.

Esta dimensão pragmática confere um cuidado especial na seleção do corpus de análise e tratamento dos candidatos a termos, pois faz-se necessário suas análises em contextos reais de uso com o intuito de flagrar seus usos *in vivo*, descartando as possibilidades de análises *in vitro*.

A TCT, desta forma, valoriza os aspectos comunicativos das linguagens de especialidade, se distanciando de normalizações e prescrições próprias da Teoria Geral da Terminologia, assim, a possibilidade de variação dos conceitos atrelados aos termos também é considerada:

Tanto o conhecimento especializado quanto os textos especializados, como unidades terminológicas podem ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação. Só assim, a terminologia do desejo passa a ser a terminologia da realidade. (CABRÉ, 1999, p. 126)

Coadunando com a teoria de Cabré (1999), consideramos a análise pragmática primordial para o levantamento dos termos que irão compor a obra terminológica proposta. Desta forma, optamos por inserir o tópico “contexto” em nossa microestrutura, como fito de mostrar aos usuários o uso *in vivo* do termo em questão e situar a definição em um contexto específico, visto a impossibilidade de sermos exaustivos na exploração de possibilidades situacionais atreladas ao uso de um mesmo termo.

### **2.3 Parâmetros de diferenciação de obras terminológicas**

No campo dos estudos terminológicos, surgem diferentes tipos de obras que visam delimitar conceitos atrelados a diversas áreas de conhecimento, a um domínio ou um subdomínio. As normas ISO 1087 (2000) definem tais termos da seguinte maneira: “Área – parte do saber cujos limites são determinados a partir de um ponto de vista científico ou técnico; Domínio – subconjunto de uma área, determinado por um sistema de conceitos; Subdomínio – cada um dos subconjuntos de um domínio”.

Destarte, a delimitação da extensão de uma obra terminológica é crucial para as decisões acerca da metodologia utilizada, bem como o tipo de obra terminológica que resultará de determinado estudo, culminando em uma diversidade de denominações para os diferentes tipos de obras terminológicas. A utilização indiscriminada de termos como “dicionário”, “vocabulário” ou “glossário”, torna-se, neste cenário, equivocada, visto a necessidade de especificação objetiva do tipo de produto terminológico ao qual o público terá acesso.

Considerando esta problemática, Fromm (2004) aborda os aspectos envolvidos nos dicionários, glossários e vocabulários. As definições de cada obra não é unânime, apresentando divergências entre o que pressupõe as normas ISO e alguns especialistas da área, fator que resulta no emprego, por exemplo, de um mesmo termo para referir obras que diferem em aspectos composicionais basilares.

O termo dicionário, dentre os termos aqui abordados (vocabulário, glossário e dicionário) corresponde ao termo mais utilizado, indistintamente, em obra terminológicas, tal fator, segundo Cunha e Aguilera (2019) deve-se ao fato de que

Para Pascual e Souto (2003, p. 56-57, tradução nossa), “O crédito que os dicionários receberam ao longo dos séculos faz com que qualquer obra intitulada desse modo suscite a confiança dos consumidores de modo ingênuo e acrítico.”. Ainda segundo os autores, o termo ‘dicionário’ é usado como estratégia de marketing, pois bem

sabem os editores que qualquer livro, catálogo, lista, com esse título tem venda garantida. (CUNHA; AGUILERA, 2019, p.106)

O exemplo acima refere-se ao termo dicionário, porém, usos equivocados podem ser observados considerando todas as possíveis denominações de uma obra terminológica. A fim de dirimir tal problemática em nosso trabalho, é salutar destacar o posicionamento defendido e o caminho teórico percorrido para denominarmos nosso produto terminológico como “Vocabulário”.

Realizando uma análise histórica sobre o termo Glossário, percebemos que o uso mais comum está relacionado a um pequeno conjunto de palavras relacionadas a um texto ou um conjunto limitado de obras relacionadas a um mesmo autor, com o intuito de elucidar o significado assumido naquela manifestação comunicativa específica (CUNHA; AGUILERA, 2019).

Contudo, como indicam os estudos mais recentes realizados na área e observando os títulos de trabalhos acadêmicos envolvendo a terminologia, o termo glossário passa a figurar de maneira diferente, associado à uma área de conhecimento, não à manifestação de um texto específico. Haensch (1982, p. 106, grifos nosso), expõe esta visão:

Hoy en día, el término ‘glosário’ se utiliza en lexicografía con dos acepciones distintas: Repertorio de voces destinado a explicar un texto medieval o clásico, la obra de un autor<sup>7</sup>, un texto dialectal, etc. Repertorio de palabras, en muchos *casos de términos técnicos (monolingüe o plurilingüe) que no pretende ser exhaustivo, y en que la selección de palabras se ha hecho más o menos al azar*; por ejemplo, glosário de términos ecológicos español-inglés”

Como afirma Gemmingen (2003, p. 154; grifos do autor) “com o passar do tempo o processo foi ficando cada vez mais complexo e as glosas se separaram dos textos de origem e se reagruparam compondo listas independentes: os glossários”. Apesar de não estar atrelado a um texto específico, o termo glossário mantém um caráter breve, conciso, fator que diverge dos objetos do trabalho proposto, que visa realizar uma análise sistema da área de ensino de línguas.

Considerando o tempo de execução disponível para o levantamento dos termos relacionados à área abordada, ponderamos focar nos termos vinculados à palavra Língua, bastante associada aos diversos contextos de ensino-aprendizagem de línguas, contudo, as etapas práticas propostas para a execução do trabalho consideram a construção de uma obra

mais ampla e exaustiva, aproximando-se do conceito de vocabulário proposto por Barbosa (2001).

## **2.4 Etapas práticas de composição de uma obra terminológica**

### *2.4.1 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT): da teoria à prática*

Após um breve histórico das teorias atreladas à terminologia, abordaremos a teoria que norteia as escolhas metodológicas apresentadas em nossa proposta. Os conceitos postulados pela Teoria Geral da Terminologia foram cruciais para o estabelecimento desta disciplina e para as discussões acerca das definições das noções de termo e do processo terminológico.

Contudo, novos paradigmas vêm surgindo, em especial a partir dos anos 90. Ao longo deste período, uma teoria tem garantido seu espaço neste campo de estudos: a Teoria Comunicativa da Terminologia.

É a partir de Cabré (1999) que podemos observar os fundamentos teóricos e metodológicos desta teoria. Com base fundamentalmente descritiva, a TCT busca postular, além de princípios teóricos, as bases metodológicas na elaboração de um produto terminológico. Para tanto, a TCT pressupõe algumas características gerais, como: a) o objeto central são as unidades terminológicas; b) não há diferença *a priori* entre termo e palavra, o que os define são seus contextos de uso; c) o conhecimento especializado pode estar vinculado aos níveis lexical, morfológico, sintático e textual; d) os termos devem ser analisados em seu ambiente natural de produção, dentro dos discursos especializados; e) a variação conceitual deve ser considerada e f) “do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas: i) estão subordinadas a um contexto temático; ii) ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; iii) o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003).

Com base nestes preceitos, é salutar cumprir uma série de etapas de cunho prático para a elaboração do vocabulário proposto na presente pesquisa. Entre estas etapas, a primeira a ser destacada é a exploração de um corpus, a redação das definições, a organização do verbete (microestrutura) e da macroestrutura da obra. Abordaremos cada etapa subsequentemente.

Considerando a importância dado ao contexto, é salutar buscar as definições dos termos em contextos explicativos ou definitórios no próprio corpus em análise ou em um banco de textos que servirá como base definicional. Esta base definicional é composta por diversos textos, de variadas fontes, que contenham excertos explicativos ou definitórios dos termos em

questão, que não estejam contemplados no corpus de origem do termo. Almeida (2006) expõe a seguinte estrutura para uma base definicional:

A base definicional tem o formato de uma grande tabela contendo quatro colunas, podendo ser implementada no Microsoft Word ou no Microsoft Excel, só para citar alguns programas acessíveis e conhecidos de todos. Nas quatro colunas estão dispostas as seguintes informações: a) coluna 1: o termo; b) coluna 2: os excertos explicativos ou definitórios extraídos das fontes; c) coluna 3: as fontes a partir das quais os excertos foram obtidos; d) coluna 4: a data da inserção do excerto na base. (ALMEIDA, 2006, p. 90)

A base definicional constitui, portanto, importante ferramenta no processo de redação das definições de cada termo, auxiliando nesta tarefa quando as bases explicativas ou definitórias do corpus em análise se mostram insuficientes.

Após estas etapas, segue-se com a definição da microestrutura do vocabulário, constituída pelos verbetes que comporão a obra. Para a TCT, há elementos de cunho obrigatório e não-obrigatório, sendo sua estrutura definida de acordo com o tipo de obra e os objetivos propostos. Os elementos de cunho obrigatório são:

- entrada;
- classe morfológica, seguida do gênero, para os substantivos, e da transitividade, no caso dos verbos;
- equivalências em língua estrangeira, se for o caso;
- definição (pode haver casos de polissemia, em que um mesmo verbete poderá conter duas ou mais definições; nesse caso, elas aparecerão numeradas);
- contexto;
- remissivas, simbolizadas por “Cf.” (=conferir), que farão referência aos termos constantes da definição (unitermos) e, sempre que for possível, a outro(s) termo(s) afim(ns), ou seja, que mantenha(m) alguma relação semântica com o termo entrada: relação de equivalência semântica, antonímia, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia e termo(s) complementar(es). (ALMEIDA, 2006, p. 92)

Os itens não obrigatórios são constituídos por sinônimos, indicação de uso para os casos com variação de dialeto e informações enciclopédicas. Como a variação conceitual deve ser considerada no âmbito da TCT, uma sistemática deve ser postulada para os casos de polissemia e homonímia. A diferenciação entre os dois conceitos deve ser estabelecida em relação à similaridade e dissimilaridade semântica entre determinados termos. A relação cognitiva e semântica entre os significados de um dado termo, com a presença de um conteúdo sêmico comum, resultaria em uma polissemia; ao passo que a situação contrária, com ausência de qualquer relação sêmica entre os significados de um termo, resultaria na homonímia. Para os casos de homonímia, as entradas devem ser separadas, como exposto no exemplo:

**Manga<sup>1</sup>**

[Do lat. manica, ‘manga de túnica’.] Substantivo feminino 1. Parte do vestuário onde se enfia o braço. 2. Filtro afunilado, para líquidos. 3. Qualquer peça de forma tubular que reveste ou protege outra peça. 4. V. tromba-d’água (1). 5. V. mangueira1 . 6. Parte do eixo dum veículo que se encontra dentro da caixa de graxa e recebe todo o peso do carro.

**Manga<sup>2</sup>**

[Do lat. \*manica < lat. manus, ‘exército’, ‘hoste’.] Substantivo feminino 1. Hoste de tropas. 2. Grupo, ajuntamento, bando, turma. 3. Guin. Grande quantidade. (ALMEIDA, 2006, p. 93)

Nos casos de polissemia, o termo deve configurar na entrada do verbete, seguido pelos respectivos conceitos a ele atrelado, precedido pela relativa enumeração. O fato de serem dispostos sob a mesma entrada, evidencia a similaridade entre os conceitos, posto no domínio do mesmo campo léxico, conforme o exemplo:

**Mistura s.f.**

Mezcla [esp]; blending [ing]; miscela, mescola [it]

1. Etapa do processo produtivo em que se realiza o agrupamento das várias substâncias que irão compor a massa cerâmica. Cf. homogeneização; massa cerâmica; moagem; moagem a seco; moagem a úmido; peneiramento; preparação da massa.

2. Produto do agrupamento de várias substâncias, resultado da 2. moagem, o qual será prensado para fazer a base da peça cerâmica. Cf. argila; massa cerâmica. (ALMEIDA, 2006, p. 94)

Com a definição da microestrutura, torna-se necessário a definição da macroestrutura do produto terminológico que, segundo a TCT sugere, deve contar com os seguintes componentes: 1. Introdução (composta pela identificação do campo de trabalho, as principais características da obra, a metodologia de elaboração, as características da microestrutura e a forma de consulta); 2. Mapa conceitual; 3. Apresentação dos verbetes; 4. Índice alfabético dos termos; 5. Índice alfabético de equivalências e 6. Bibliografia.

### *2.5.2 Normas ISO - International Standardization Organization*

Como exposto, a elaboração de uma obra terminológica exige denso embasamento teórico, com entrelaçamento de diversos conceitos, advindos de áreas afins, com o intuito de conduzir o processo de maneira mais sistemática possível, com critérios rígidos de formulação. Ao realizar a terminografia dos termos de uma área específica, Krieger (2004), aponta quatro princípios que embasam a preparação inicial de uma obra terminológica. São eles:

- a) O produto deve atender às necessidades de um público-alvo, e de preferência deve preencher uma lacuna de informação;
- b) Todos os dados registrados ou utilizados para a futura geração do produto devem ser plenamente confiáveis<sup>2</sup>;
- c) A utilização e a ordem dos dados registrados, os signos para sua representação, bem como os símbolos utilizados para identificar dados coletados devem ser convencionais e sistemáticos, preferencialmente, oriundos de padrões de normas nacionais ou internacionais;
- d) A ordenação dos dados de informação sobre o termo no interior de uma ficha de registro ou de uma base de dados e também o modo de organização das entradas no dicionário devem ser adaptadas aos objetivos do trabalho e ao uso que será feito das informações. (KRIEGER, 2004, p. 130)

Quanto ao primeiro componente basilar, percebemos, de acordo com o exposto na parte introdutória de nosso trabalho, que a construção de um vocabulário técnico do ensino de línguas possui um público-alvo bastante delimitado, com área de especialidade sólida, porém com a necessidade de desenvolvimento de obras terminológicas que visem definir os diversos termos que já estão consolidados nas teorias, bem como os termos que estão sendo inseridos por intermédio das recentes pesquisas desenvolvidas na área.

Quanto ao segundo ponto levantado pela autora, é importante destacar a necessidade de se “tomar cuidado com informações colhidas na internet, sugerimos dar preferência à informação de sites institucionais e/ou acadêmicos. O registro cuidadoso da procedência de todas as informações é fundamental.” (Krieger, 2004, p. 143). Como destacado pela autora em nota explicativa, é crucial a confiabilidade do material utilizado como base para a construção de uma obra terminológica. Tal confiabilidade é assegurada, na presente pesquisa, pelo uso do Corpus COMET, associado à uma unidade acadêmica de renome nacional e internacional: a universidade de São Paulo (USP). Sob coordenação da professora Profa. Dra. Stella Esther Ortweiler Tagnin, referência na área de Linguística de Corpus e Terminologia. Tais fatores atribuem confiabilidade ao corpus utilizado e, conseqüentemente, ao produto que dele será derivado.

Quanto ao terceiro aspecto levantado por Krieger (2004), torna-se necessário a apropriação dos preceitos contidos nas normas nacionais e internacionais a respeito da construção de trabalhos terminológicos. Neste sentido, é imprescindível a exposição dos principais pontos levantados na ISO 860 (Terminology work, harmonization of concepts and terms), ISO 704 (Principles and methods of terminology) e ISO 10241 (International terminology stands – preparation and layout).

Entre os pontos de destaque destas normas, temos a indicação de construção de uma árvore de domínio relacionada ao campo de estudo que se pretende descrever, com a construção desta árvore, busca-se definir quais ramos estão diretamente ligados à área de especialidade, delimitando o campo de trabalho envolvido no processo, bem como sua relação com outras macroáreas ou subáreas, assim como pudemos ver nos postulados da TCT.

As normas supracitadas também concretizam as etapas de um processo terminológico, as definindo da seguinte forma: “a) Constituição da equipe de trabalho; b) A delimitação de área ou assunto que se enfoca; c) A seleção de fontes documentais; d) A metodologia para coleta de dados; e) A identificação de sistemas conceituais; f) Orientações terminográficas gerais.” (Krieger, 2004, p. 135-136)

Além das etapas práticas, a norma ISO 704, de 1987, também postula algumas diretrizes quanto a redação científica das definições de vocabulários especializados, segundo estas diretrizes, a objetividade deve ser privilegiada, em detrimento de comentários, apontamentos, e demais explicações acessórias, como origem do termo etc. Desta forma, a norma supracitada busca evitar definições redundantes, incompletas ou incoerentes com o objetivo comunicacional da obra terminológica.

### ***2.4.3 Considerações a respeito das escolhas definicionais***

Como exposto nas Normas ISO 704, a definição dos termos constitui importante etapa na elaboração de uma obra terminológica, sendo necessário um rigor científico que padronize os aspectos definicionais e garanta a eficiência das definições para o público-alvo que pretende alcançar.

De maneira basilar, uma definição visa a responder perguntas do tipo: “O que é X?”, “o que significa X?” (LARA, 1996, p. 168-169). Desta forma, uma exposição de possibilidades de significação é realizada, definindo e expandindo os conceitos ou significados vinculados a determinados signos ou termos de áreas específicas.

A construção de uma obra terminológica possui como principal objetivo a apresentação de definições para os termos de uma área de especialidade, desta forma, esta etapa recebe especial atenção de teóricos das áreas da lexicologia e terminografia, visto a complexidade e o rigor científico envolvidos na redação das definições.

Wüster (1998), fundador da Teoria Geral da Terminologia (TGT), delimita a definição como um texto que visa a elucidar um conceito com base em conceitos já conhecidos, dividindo-as em dois tipos: definição por compreensão e definição por extensão. No primeiro caso, o texto definicional aborda o conteúdo do conceito, utilizando termos genéricos, mais conhecidos, partindo para caracterizações mais específicas, o diferenciando dos demais conceitos paralelos. A definição por extensão, por sua vez, elenca todos os termos específicos que se relacionam horizontalmente ao termo abordado. Ainda segundo o autor, os dois tipos de definição podem ser combinados, sendo utilizados juntos no mesmo verbete, com o intuito de gerar uma definição mais completa.

Desmet (1990), retoma uma distinção amplamente difundida na terminologia, a diferenciação entre definição de palavras e definição de coisas, ao fazer uma abordagem quanto à terminologia e à lexicologia. Para a autora, ambas as definições possuem proximidades, mas, a terminologia possui uma diferenciação crucial, caracterizada por um “jogo de proposições em que as unidades não são as palavras mas noções.” (DESMET, 1990, p.11).

Retomando as diferenciações postuladas por Wüster (1998), Desmet (1990), baseada nos estudos de Lerat (1988), propõe que o tipo mais adequado para Definições Terminológicas (DT) é a definição por compreensão; postulando três procedimentos metodológicos para a elaboração da DT: “a procura do gênero comum (ou, definição genérica); a situação de uma noção relativamente às outras (relação todo/parte ou partitiva); a descrição de propriedades ou funções (ou definição funcional).” (LERAT, 1988 *apud* DESMET, 1990, p. 15-16).

Para Dubuc (1999), uma definição deve dar uma noção exata do conceito que busca definir, sem ambiguidades, redundâncias e informações não essenciais. Segundo o autor, deve-se evitar definições i) tautológicas, ou seja, dizer a mesma coisa de diferentes maneiras, ii) definições circulares, ao remeter a um conceito já explicado na definição e iii) definições negativas, ao afirmar tudo aquilo que o termo não é.

Para guiar as redações de uma DT, Dubuc (1999) elenca cinco modos possíveis para sua elaboração, a saber:

1 Por gênero próximo e diferença específica (GPDE): situa-se o conceito em seu “gênero”, ou seja, no grupo de objetos de características comuns a ele (conceito) e depois se explicita sua “diferença específica”, isto é, o que faz com que o conceito se distinga dos outros objetos do mesmo gênero; 2. mediante a explicitação de características circunstanciais: explicitam-se as características constituintes de um conceito e suas particularidades de natureza, forma, matéria,

objeto, causa, efeito, tempo, lugar, etc.; 3. por descrição com ajuda dos componentes: situa-se o conceito em seu “gênero próximo” e depois se enumera suas partes constitutivas; 4. mediante sinônimo ou paráfrase sinonímica: especifica-se um conceito por meio de um ou vários sinônimos. Neste tipo de definição, supõe-se que o consulente conheça o significado dos sinônimos utilizados, do contrário, a definição torna-se incompreensível; 5. por meio da descrição de uma ação: descreve-se uma ação segundo as diferentes etapas de seu desenvolvimento, em ordem cronológica. (DUBUC, 1999, p. 121 *apud* ALMEIDA, 2007, p. 5)

Considerando estes aspectos gerais, Krieger e Finatto (2004) dividem as definições em quatro tipos diferente:

- a) a definição terminológica se ocupa principalmente dos termos técnico científicos;
- b) a definição lexicográfica se ocupa da definição de palavras; c) a definição lógica estabelece um valor de verdade; d) a definição explicativa ou enciclopédica oferece informações variadas sobre um objeto da realidade. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 92)

Para as autoras, a definição lexicográfica aborda as “palavras gerais” de uma língua, apontando características linguísticas sobre os signos, enquanto a enciclopédica descreve “coisas”, objetos reais perceptíveis na realidade. A definição terminológica, por sua vez, está vinculada a conceitos, fenômenos estudados por áreas científicas especializadas.

Por envolver as etapas teóricas e metodológicas para a elaboração de uma obra terminológica, focaremos nas discussões envolvidas no primeiro ponto levantado pelas autoras: a definição terminológica, voltada para termos técnicos científicos. Para descrever este tipo de definição, Rey (1979) aponta:

É um compromisso entre a definição lexicográfica e a descrição enciclopédica, destinado a melhorar o uso dos nomes para permitir que eles funcionem como termos, destinado dessa forma a evocar (não a reproduzir ou a representar) o modo de constituição das classes de seres e o funcionamento dos esquemas conceptuais. (REY, 1979, p. 43)

Rey (1979) situa a definição terminológica a partir de sua relação com a definição lexicográfica e enciclopédica, destacando sua importância para a descrição de sistemas conceituais, uma vez que a sistematização dos termos contribui sobremaneira para a organização e descrição de significados em uma área de especialidade.

Kruger e Finatto (2004) também chamam atenção para a relação que Rey (1979) estabelece entre as três definições supracitadas, uma vez que a definição terminológica pode carregar traços das definições enciclopédicas e lexicográficas, ao definir um termo de maneira mais ampla, com informações detalhadas e não apenas os traços essenciais relacionados ao termo em questão.

Para Finatto (1998), a definição terminológica seria um “ponto de confluência entre coisas, palavras e conhecimentos (FINATTO, 1998, p. 2), abordando, portanto, ao menos três aspectos na definição de um termo, ao relacionar os objetos, as palavras que o designam ou descreve e os conhecimentos adquiridos sobre o termo ao longo do tempo. Ainda sobre a definição terminológica, Krieger e Finatto (2004) afirmam:

[...] um enunciado-texto que dá conta de significados de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência no escopo de uma situação comunicativa profissional, veiculando, assim, conceitos de uma área de conhecimento. Nesse caso, grosso modo, definir corresponde a expressar um determinado saber, uma porção desse conhecimento especializado. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 93)

Dentre a definição terminológica, as Normas ISO (1087), assim como Wüster (1998), apontam duas tipologias típicas desta forma de definição, que compreendem:

- a) definição por compreensão – é a definição conhecida por gênero próximo e diferença específica;
- b) definição por extensão – trata-se da enumeração dos constituintes de um termo genérico.

Para complementar as duas tipologias previstas nas normas ISO (1087), Gianni (1993, apud FINATTO, 1994) acrescenta outras duas tipologias, a saber:

- c) definição contextual – explica o termo por meio da reprodução do(s) contexto(s) em que ele ocorre;
- d) definição enciclopédica – trata-se de uma descrição exaustiva a respeito da coisa nomeada, referindo-se, portanto, à realidade extralinguística.

Dentre as quatro tipologias apresentadas, consideramos a definição contextual mais adequada a nosso trabalho, visto que abordaremos os termos analisados a partir de um contexto específico, descrevendo o conceito por meio do uso em situações reais de utilização. Tal perspectiva é defendida ao analisarmos a necessidade de situarmos a definição a um contexto

específico, com o objetivo de analisar, posteriormente, as variações conceituais dos termos, ao assumir novas significações a partir de seu contexto pragmático.

Cabré (1993), precursora da Teoria Comunicativa da Terminologia, elenca alguns pontos cruciais para a redação adequada de definições terminológicas, os pontos levantados pela autora compreendem as condições de adequação geral, adequação dentro de uma área de especialidade e adequação das expressões utilizadas. Quanto à adequação geral, a autora enumera:

- a) ser verdadeiras; b) permitir a distinção do conceito definido de outros conceitos semelhantes; c) estar situadas na perspectiva do campo nocional na qual o conceito definido se encontra; d) ser adequadas às finalidades do trabalho terminológico em que se inserem (CABRÉ, 1993, p. 210).

Considerando os aspectos de adequação específica, a autora aponta a necessidade de observação do conceito dentro de seu campo conceitual, analisando suas características, significação e relações estabelecidas com outros conceitos do mesmo campo de estudos. Neste aspecto, o termo é abordado a partir de sua unidade conceitual, que passa a ser representada por uma unidade linguística.

Em relação ao terceiro aspecto de adequação, o das expressões utilizadas na redação da definição, Cabré (1993) aponta que deve:

- a) ser expressa corretamente; deve ser organizada de acordo com as normas formais para a construção de definições; b) estar adequada aos consulentes alvo do trabalho; c) ser formada por apenas uma oração e evitar pontos internos; d) respeitar os princípios da Lexicografia referentes à apresentação formal (CABRÉ, 1993, p. 211-212).

Os princípios da lexicografia, citados pela autora, compreendem:

- a) utilizar palavra inicial da mesma classe gramatical da palavra definida; b) empregar palavras conhecidas ou, caso necessário, palavras desconhecidas que também estejam definidas dentro da obra; c) evitar a circularidade, a definição negativa e paráfrases desnecessárias (aquelas que apresentam informação óbvia, que pode ser depreendida do próprio termo) e fórmulas metalinguísticas (significa, designa etc.) (CABRÉ, 1993, p. 211-212).

Como observado, Cabré (1993) postula um detalhado caminho prático para a redação de definições no âmbito das obras terminológicas, considerando as especificidades e objetivos do gênero em questão. Para isso, a autora se aproxima dos postulados por alguns autores citados no início de nossa exposição, ao prezar por enunciados diretos, objetivos, evitando redundâncias e circularidades quanto à definição dos termos.

Finatto (2001) destaca que as redações devem ser consideradas em seus contextos de produção específicos, atrelados a um sujeito enunciador:

é importante recuperar a dimensão de uma linguagem que se particulariza pela ação do sujeito enunciador, abandonando uma perspectiva estática de língua de especialidade, vista à parte da língua natural que a veicula e que tem sido mostrada como se fosse desprovida de sujeitos-autores e atores. Neste sentido, é preciso levar em consideração todo um ambiente ou entorno de significação de cientificidade a partir do qual, ao formular uma definição, o sujeito-cientista redige um texto sabendo que a afirmação nele contida é provisória. (FINATTO, 2001, p. 371-372)

Considerando o breve panorama a respeito das características de uma definição terminológica, objetivamos expor nosso posicionamento teórico frente à redação técnica das definições propostas em nosso trabalho, ao priorizar definições contextuais. Pretendemos, ainda, seguir as adequações propostas por Cabré (1993), ao considerar crucial manter uma coerência teórica à TCT, teoria que embasa os demais aspectos da obra terminológica proposta.

### 3 METODOLOGIA

A proposta metodológica aqui delineada fundamenta-se nas etapas práticas para composição de uma obra terminológica proposta por Krieger e Finatto (2004), em seu livro “Introdução à terminologia”. Para as autoras, a construção de uma obra terminológica toca em dois pontos cruciais para a área de especialidade a qual está vinculada: teórico e metodológico; teórico, uma vez que elucida as construções dos léxicos de especialidade, bem como sua(s) definição(ões) e ?? metodológica, pois orienta o reconhecimento da terminologia da área abordada, sistematizando os campos científicos em questão.

Krieger (2004), na segunda parte de seu livro, traça alguns passos que o(s) profissional(is) envolvido(s) na construção de uma obra terminológica pode(m) seguir para elaborar uma lista de candidatos a termo. Entre estas ferramentas, a autora destaca o uso de softwares de tratamento de *corpus*, que são capazes de construir diversos tipos de listas, como a de substantivos mais utilizados no corpus, possibilitando uma gama de possibilidades de abordagem por parte dos profissionais envolvidos no desenvolvimento de uma obra terminológica.

Para elaboração da primeira lista de candidatos a termos (cf. apêndice 1), algumas etapas não foram necessárias em nosso trabalho, visto que utilizamos um corpus já compilado, formatado e disponibilizado na internet (COMET). Assim, as etapas de busca de textos de especialidade, a formatação para o formato TXT e o processamento em softwares de tratamento, formatação e catalogação não foram realizadas, adaptando os caminhos práticos propostos pelas autoras às necessidades de desenvolvimento particulares à nossa pesquisa.

Considerando a elaboração de uma obra terminológica de uma área específica, Krieger (2004) sugere a pesquisa das ocorrências de Unidades de Significação Especializadas formadas pelo par “substantivo + adjetivo”, estrutura mais comum na composição de termos de diversas áreas científicas. Contudo, a ferramenta disponibilizada no site do corpus COMET não apresenta tal possibilidade de pesquisa, apresentando uma lista de palavras mais utilizadas, porém, sem a opção de escolha de construções mais complexas e especializadas.

Tendo em vista tal contexto, fez-se necessário que estabelecêssemos um ponto de partida, preestabelecido, para guiar a pesquisa de termos que sejam relevantes e que representem uma lacuna carente de sistematização. O acesso a textos que abordam as

problemáticas acerca das definições específicas da área nos auxiliou a delimitar um campo de pesquisa inicial, com destaque para o texto de Jordão (2014): “Quem dá conta?”, que apresenta as nuances quanto a diferenciação dos conceitos atrelados aos termos: língua estrangeira, língua global, língua franca e língua internacional, para compreender as lacunas definicionais. Tendo em vista, nesta fase inicial, a percepção da necessidade de definição das unidades de significação relacionadas ao termo língua, propomos uma primeira listagem de candidatos a termo contendo esta palavra, analisando, caso a caso, os contextos de uso e a relevância para a área.

Nos tópicos subsequentes, abordaremos a metodologia utilizada em nossa pesquisa. Inicialmente, apresentaremos as etapas realizadas para o levantamento dos candidatos a termo e escolha dos termos que comporão o produto de nosso trabalho; posteriormente, realizaremos a exposição das etapas de composição de nossa base definicional, que auxiliará nas definições dos termos abordados. Em um terceiro tópico, exibiremos uma proposta para micro e macroestrutura de nosso vocabulário.

### **3.1 Levantamento de candidatos a termo – Corpus COMET**

O levantamento de candidatos a termo iniciou nas leituras da base bibliográfica que embasa a presente pesquisa. Percebeu-se, por meio de tais leituras, a existência de algumas lacunas definicionais no âmbito do ensino de línguas. Com isso, surge a necessidade de realizar um levantamento mais abrangente dos termos que envolvem o referido processo de ensino. Para atingir tal objetivo, seguimos as seguintes etapas práticas:

- i. Levantamento da relevância do termo “língua” no corpus COMET.  
Krieger (2004), na segunda parte de seu livro, intitulado “Introdução à terminologia”, traça alguns passos que o(s) profissional(is) envolvido(s) na construção de uma obra terminológica podem seguir para elaborar uma lista de candidatos a termo. Entre estas ferramentas, a autora destaca o uso de softwares de tratamento de corpus, que são capazes de construir diversos tipos de listas, como a de substantivos mais utilizados no corpus. Dentre os substantivos com maior recorrência no corpus Comet, o termo “língua” ocupa a 2ª colocação, com cerca de 360 ocorrências. As palavras que ocupam as posições iniciais são classificadas como preposições, verbos de ligação etc., não sendo relevante para a composição da obra terminológica proposta em nossa pesquisa. Desta forma, considerando apenas os

substantivos mais recorrentes, a palavra *texto* aparece em primeiro na lista de ocorrências, com 397 aparições, seguida da palavra *língua*, analisada na presente pesquisa.

A figura abaixo mostra parte das palavras mais recorrentes no corpus analisado, no lado esquerdo, consta a posição da palavra em questão e no lado direito consta a quantidade de ocorrências de cada palavra.

Figura 1 - Lista de palavras mais recorrentes no corpus Comet.

23	dos	605
24	ao	483
25	das	447
26	são	414
27	ser	404
28	texto	397
29	à	386
30	entre	386
31	mais	383
32	língua	360
33	p	333
34	sua	277

Fonte: <https://cortec.fflch.usp.br/analysis/process>

Após o reconhecimento das palavras mais recorrentes no corpus, verificamos que o termo “língua” consta como uma das palavras mais frequentes, fator que confirma a recorrência de discussões acerca do termo e a importância do estudo mais detalhado de suas ocorrências.

## ii. Verificação das ocorrências do termo língua

Após a análise geral das palavras mais relevantes do corpus, seguimos com a análise particular das ocorrências do termo *língua*. Para tanto, aplicamos a ferramenta concordanciador, presente no site do corpus CoMET, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 2 - Aplicação da ferramenta concordanciador.

**Passo 3/3: Aplicando a Ferramenta sobre o Corpus.**  
 Configure a ferramenta usando as opções abaixo:

**Concordanciador**

Expressão ou Palavra	Igual a	língua
Diferenciar maiúsculas e minúsculas	<input type="checkbox"/>	
Tamanho do contexto reduzido (caracteres):	20	

Próximo Passo

CorTec - Corpus Técnico-Científico

Fonte: <https://cortec.fflch.usp.br/analysis/process>

iii. Análise das ocorrências do termo língua

Conforme Krieger (2004) postula, incluímos em nossa lista de candidatos a termo apenas as construções formadas por Substantivo + adjetivo, por ser esta construção a mais recorrente na composição de termos das línguas de especialidade. Ao todo, o corpus conta com 360 ocorrências relacionadas ao termo língua, com diversos modificadores e contextos de usos. O termo surge no corpus com diversas significações, sendo necessário a análise de cada ocorrência, com o objetivo de analisar a semântica assumida em cada contexto de aparição.

Figura 3 – Ocorrências do termo Língua

#	Ocorrência
1	dos monolíngües lusos do Rio Grande do Sul. Palavras-chave: <b>língua</b> portuguesa, variação lingüística, formas de tratamento, geo
2	na estudos mais específicos como os de aquisição de segunda <b>língua</b> e de bilingüismo e línguas em contato. Se, de um lado, a ba
3	as bilíngües: durante muitos anos, nessas áreas, a primeira <b>língua</b> aprendida pelos habitantes foi a dos imigrantes (como as lí
4	frisamos, o português era aprendido, portanto, como segunda <b>língua</b> , essencialmente via escola. Nesse sentido, a variedade apre
5	ilegiado d e investigação as práticas comunicativas e não a <b>língua</b> em si em sua relação com a sociedad e. Este é o assunto de
6	idade lingüística implica assumir que nem o conhecimento da <b>língua</b> pode ser tratado em termos de sua ilimitada potencialidade
7	explícitos. 4 Uma discussão sobre as noções de competência, <b>língua</b> legitima e campo lingüístico postuladas por Bourdieu (1998)
8	negarem a existência de mecanismos reguladores nos usos da <b>língua</b> , lingüistas de orientações teóricas diversas (sociolingüíst
9	quais garantem a flexibilidade e a complexidade dos usos da <b>língua</b> num dado tempo e lugar. (Signorini, 2002:93) A principal no

Fonte: <https://cortec.fflch.usp.br/analysis/concordanciador>.

Por exemplo, na primeira ocorrência, a palavra língua surge junto a um adjetivo que faz alusão à sua origem: portuguesa, constituindo uma construção cristalizada não apenas nos contextos específicos relacionados ao ensino-aprendizagem de línguas, mas em contextos comunicacionais mais gerais, portanto, não incluído na listagem de candidatos a termo da presente pesquisa por não ser caracterizado como carente de definição.

No segundo caso de ocorrência, temos o Termo “Segunda Língua”, expressão bastante comum nos trabalhos acadêmicos especializados, como demonstra uma rápida pesquisa na ferramenta de buscas “Google Acadêmico”, que lista cerca de 1.090.000 resultados para trabalhos envolvendo o Termo.<sup>6</sup> Desta forma, o Termo “segunda língua” compõe nossa listagem preliminar de candidatos a Termo (cf. apêndice 1).

Após a realização destas primeiras etapas práticas, tivemos como resultado a construção de uma *primeira* lista de candidatos a termo, contendo 30 Unidades de Significação Especializada (cf. apêndice 1).

<sup>6</sup> Consulta realiza no dia 14 de abril de 2020.

### 3.2 Elaboração da base definicional

Seguindo as etapas práticas propostas por Kriegar e Finatto (2004), seguimos com a composição de uma base definicional, com o intuito de flagrar as definições presentes em textos científicos da área de especialidade abordada. Com isso, seguimos as seguintes etapas práticas:

- i. Coleta de teses e dissertações no portal Capes.  
Para a realização desta etapa, pesquisamos os termos elencados em nossa lista de candidatos a termo (Cf. apêndice 1) no repositório da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). A análise foi realizada apenas em teses e dissertações publicadas no ano de 2018, os mais recentes disponibilizados pelo portal supracitado.
- ii. Após a coleta dos textos, seguimos com a pesquisa dos termos em questão. Para otimizar nosso trabalho, realizamos a pesquisa do termo por meio do comando “control + F”, que apresenta todas as ocorrências do termo em um documento PDF.
- iii. Após o levantamento das ocorrências, analisamos cada aparição do termo com o intuito de flagrar partes do texto que apresente alguma definição ou variedade de sentidos.
- iv. As ocorrências de definições compõem os verbetes previamente construídos em nosso trabalho. Os termos que não foram definidos diretamente nos textos, tiveram sua definição elaborada com base nos significados assumidos nos contextos encontrados.

### 3.3 Lista de candidatos a termo – Base definicional

Com a construção da base definicional, percebemos que os termos encontrados no Corpus COMET eram poucos, se comparados ao volume de conhecimento desenvolvido nos últimos anos, com isso, ao realizar o levantamento definicional, incorporamos novos termos que, como especialistas da área, julgamos cruciais para o conhecimento dos professores e estudantes da área de especialidade abordada na presente pesquisa. Para exemplificarmos nossa afirmação, trazemos a seguinte imagem:

Figura 4 – Trabalhos relacionados ao termo Língua Adicional

1253 resultados para **língua adicional**  
Exibindo 1-20 de 1253

**Refinar meus resultados**

**Tipo:** 3 opções

Mestrado (Dissertação) 708

Doutorado (Tese) 287

**Ano:** 1 opções

2018 1253

**Autor:** 1253 opções

ACASSIA DOS ANJOS SANTOS ROSA 1

1. CUNHA, JULIANA LEMOS DA. **O que revelam as narrativas de professores de língua estrangeira sobre sua prática docente?** 26/02/2018 97 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo Biblioteca Depositária: Biblioteca Unisinos [Detalhes](#)
2. ALENCAR, CRISTIANE DE CASTRO. **PRATICANDO FRANCÊS NO CIBERESPAÇO: uma proposta pedagógica de prática da oralidade em Francês Língua Adicional por meio de interações online** 02/03/2018 175 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE [Detalhes](#)
3. MARQUES, ALINE AUREA MARTINS. **Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais** 06/04/2018 125 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: BSCSH [Detalhes](#)
4. BARBOSA, VIRGINIA PONCHE. **O ENSINO DE LÍNGUA ADICIONAL A PARTIR DE COMUNIDADES DE PRÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE DE UNIDADE DIDÁTICA PARA O CURSO NORMAL** 15/12/2018 undefined f. Mestrado Profissional em Ensino de Línguas Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, Bagé Biblioteca Depositária: Unipampa

Fonte: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>

Na imagem acima, pesquisamos o termo “língua adicional” e aplicamos o filtro de data de publicação, no caso o ano de 2018. A partir de uma leitura superficial, já percebemos, na ocorrência 3, a aparição de um termo denominado “língua de acolhimento”, que não apareceu em nossas pesquisas no corpus COMET. Desta forma, optamos por complementar os termos que surgiram no corpus COMET com termos que surgiram em nossa base definicional, com o intuito de construir um vocabulário o mais abrangente possível (cf. apêndice II).

Assim, a listagem final de nosso trabalho conta com 30 candidatos a termo oriundos do corpus Comet e 10 advindos de nossas pesquisas e levantamento de textos definicionais. Acreditamos que a incorporação destes termos torna a proposta de vocabulário mais ampla, contudo, ainda não é suficiente para abordar a diversidade de termos, definições e possibilidades de uso lexicográfico na área do ensino de línguas.

### 3.4 Estrutura catalográfica

Após a compilação dos candidatos a termo, realizaremos nova análise junto a especialistas da área e prosseguimos com a redação do vocabulário que deverá contar com a seguinte microestrutura:

- **Termo;**
- **Definição** (pode haver casos de polissemia, em que um mesmo verbete poderá conter duas ou mais definições; nesse caso, elas aparecerão numeradas);
- **Fonte de definição;**
- **Contexto de uso;**
- **Fonte do contexto.**

O primeiro ponto presente na microestrutura pretende apresentar o termo que será definido, em língua portuguesa. Logo em seguida, a definição do termo é apresentada. Para situar as definições na obra, indicamos a autoria da definição, com o fito de vincular tais definições a correntes teóricas, considerando a possibilidade de variação a depender da teoria que embasa o conceito abordado, bem como seu contexto de uso.

O quarto ponto a ser explorado no verbete diz respeito ao contexto em que o termo foi encontrado, constituído por cerca de 120 caracteres, que auxiliam na construção da definição. A apresentação do contexto é crucial para que a definição seja vinculada a um contexto específico, visto a possibilidade de variação conceitual, esta vinculação visa situar nossas escolhas definicionais a um contexto específico.

Por fim, indicamos o local em que o contexto foi extraído, visto que os candidatos a termos são oriundos de duas fontes diferentes, delimita-se, em cada verbete, se determinado termo foi encontrado no corpus COMET ou em nossa base definicional.

Quanto à macroestrutura da obra, apresentamos a seguinte proposta com base nos postulados práticos da Teoria Comunicativa da Terminologia (ALMEIDA, 2006):

1. **Introdução;**
  - a) Campo de trabalho;
  - b) Metodologia de elaboração;
  - c) Conteúdo dos verbetes;

- d) Forma de consulta.
- 2. Apresentação dos verbetes;**
- 3. Índice alfabético dos termos;**
- 4. Bibliografia.**

Destacando que a obra terminológica delineada em nossa pesquisa é um produto diferente da proposta de dissertação aqui desenvolvida, apenas apresentaremos os pontos da macroestrutura a ser desenvolvida em um produto terminológico futuro, considerando a relevância dos pontos abordados.

Inicialmente, para situar o público-alvo em um panorama geral da obra, visa-se apresentar o campo de trabalho ao qual os verbetes da obra estão atrelados, discutindo as lacunas definicionais que a obra pretende abordar e situando a área do ensino de línguas como uma área científica consolidada, com conceitos já cristalizados e difundidos em inúmeras obras ao longo da história.

A metodologia utilizada para elaboração da obra será apresentada com o objetivo de justificar a opção de trabalharmos com as Unidades de Significação Especializadas formadas pela estrutura “Língua + adjetivo”, considerando que o recorte é bastante específico, tal ponto pode despertar a curiosidade do público-alvo.

O conteúdo comum a todos os verbetes também será apresentado no início da obra, com o intuito de apresentar aos leitores as informações que serão vinculadas ao longo da obra, bem como sua importância para a construção das significações levantadas. A forma de consulta aos verbetes também será exposta na introdução da obra, uma vez que é crucial ao leitor ter noção da forma mais eficiente de consulta.

### **3.5 Proposta de verbete**

Seguindo os postulados por Krieger (2004), construiremos os verbetes que irão compor o vocabulário contendo as seguintes informações: Termo, definição, fonte de definição, contexto, fonte de contexto. Desta forma, apresentamos a seguir um exemplo de verbete construído com as informações levantadas em nossa pesquisa:

## Quadro 2 – Proposta de verbete para o vocabulário do ensino de línguas

<p><b>1 Segunda língua</b></p> <p><b>Definição:</b> Segunda Língua é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. Para o domínio de uma SL é exigido que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade.</p> <p><b>Fonte da definição:</b> Spinassé, 2006, p. 06.</p> <p><b>Contexto:</b> Com isso, tem-se uma visão global que beneficia sobremaneira estudos mais específicos como os de aquisição de <b>segunda língua</b> e de bilingüismo e línguas em contato. (Altenhofen, 2000).</p> <p><b>Fonte do contexto:</b> COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.</p>
--

Fonte: Elaborada pela autora.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a importância de um trabalho terminológico que auxilie o professor de línguas a tomar decisões mais assertivas e embasadas teoricamente, nosso trabalho teve como objetivo traçar uma metodologia coerente com o produto que desejamos construir, um vocabulário técnico dos termos ligados ao ensino de línguas.

Com isso, elaboramos 40 verbetes com Unidades Especializadas de Significação compostas pelo termo língua, tendo um público-alvo bem específico: o professor de línguas. Para a elaboração destes verbetes, apresentamos um panorama das teorias terminológicas, bem como as escolhas teóricas e práticas que subjazem todo o processo até a chegada ao produto que almejamos. Desta forma, como considerações finais, apresentamos uma retomada deste processo, apresentando os objetivos atingidos e perspectivas para futuros trabalhos.

Iniciamos nossa exposição realizando um panorama sobre a área de ensino de línguas, com os apontamentos acerca da crescente investigação científica na área, bem como os contextos cada vez mais diversificados de atuação do professor de línguas, visto o processo de globalização, as movimentações econômicas e migratórias, fatores que dão origem a contextos sociais que exigem competências linguísticas específicas e, ao mesmo tempo, diferenciadas. Desta forma, o professor de línguas necessita estar em consonância com as necessidades de seus educandos, adequando-se às situações em que está envolvido em sala de aula.

Explorando tal temática em textos acadêmicos voltados para a área, nos deparamos com as nuances de definição envolvidas em termos como “língua franca”, “língua de acolhimento”, “língua estrangeira” etc., alguns já consolidados ao longo do tempo, porém com a inserção de novas significações, tendo em vista os panoramas sociais supracitados; outros termos constituem uma denominação para conceitos relativamente recentes, que surgiram para nomear novas perspectivas de ensino de línguas.

Assim, prosseguimos com a problematização de três Unidades de Significação Especializadas: língua de acolhimento, língua de herança e língua estrangeira, com o objetivo de demonstrar as diferenciações conceituais atreladas a cada uma das unidades. Demonstramos, também, os contextos de ensino-aprendizagem que perpassam os termos, com o intuito de situar o papel do professor ao pôr em prática as definições conceituais relacionada a cada um dos termos. Consideramos a problematização destes três termos por estarem atrelados em contextos situacionais fronteiriços, suscitando dúvidas e questionamentos dentro dos estudos linguísticos, porém, destacamos a existência de uma gama de outros termos e conceitos que não puderam

ser aprofundados na presente pesquisa, ponto que merece desenvolvimento em trabalhos futuros.

Tendo em vista que a língua naturalmente muda, não consideramos esgotadas as possibilidades abordadas em nossa pesquisa, visto que a incorporação de novos termos é bastante esperada, de acordo com a ação investigativa de futuros trabalhos. Além da inserção de novos termos, consequência da necessidade de nomeação para novas perspectivas de ensino, é importante destacar a possibilidade de variação conceitual, a depender do contexto de uso dos termos que se pretende definir e as teorias utilizadas.

Posteriormente, prosseguimos com a exposição de nosso posicionamento teórico, que embasa nossas escolhas tanto no campo prático (levantamento e definição de termos, elaboração de micro e macroestruturas etc.), como teórico, considerando as Unidades de Significação Especializadas como pertencente à “língua geral”, não a um grupo de termos que faria parte de um grupo específico de signos linguísticos.

Ao utilizarmos a Teoria Comunicativa da Terminologia consideramos as Unidades de Significação Especializada como elementos que constituem a língua como um todo, não como elementos à parte. Seguindo esta perspectiva, consideramos que os termos aqui abordados podem sofrer variações conceituais a depender da teoria que embasa sua definição, bem como seu contexto de uso. A respeito de tal variação, afirma Viotti (2013, p. 16):

Estamos sempre deparando com novos usos para velhas expressões da língua, com diferentes formações de palavras, com a incorporação de palavras de outras línguas ao nosso léxico e com estruturas gramaticais que fogem, em maior ou menor grau, do que é considerado padrão. A língua muda inexoravelmente. Não há nada que possamos fazer para impedir ou controlar isso.

Desta forma, a variação linguística seria esperada ao buscar definição para termos de uma dada área específica do conhecimento. Contudo, ao definir os termos elencados nesta pesquisa, optamos por apresentar apenas o significado assumido no contexto encontrado no corpus abordado, ou seja, uma definição única, lacuna que poderá ser dirimida em trabalhos futuros. Quanto à complexidade de definição em obras terminológicas, destacamos:

A tarefa da redação da definição é das mais complexas numa pesquisa terminológica, já que o terminólogo precisa dominar uma multiplicidade de conhecimentos e habilidades. Primeiramente, é fundamental que o pesquisador conheça a área para a qual elabora o dicionário. É necessário, também, que domine aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia enquanto disciplina. Além disso, espera-se que o terminólogo tenha noções de Linguística, posto que são acionados conhecimentos de Linguística Textual, Análise do Discurso e demais subáreas que têm o texto como

objeto de estudo, afinal, a definição é, antes de tudo, um texto. Por fim, o pesquisador deve conhecer a língua em que desenvolve o produto terminológico, já que a tarefa de elaboração da definição é um verdadeiro exercício de redação. (ALMEIDA, 2006, p. 91)

Destarte, a expansão das definições dos termos elencados nesta pesquisa perpassa por uma ampliação no corpus a fim de abordar um número maior de contextos de uso, explorando ao máximo as variações conceituais, preconizadas pela TCT. Além de uma diversidade maior quanto aos contextos de uso, conforme explicitado por Almeida (2006), o aprofundamento teórico em diversas áreas também é necessário, visto a complexidade de conhecimentos que precisam ser acionados para redigir a definição.

Para construir a primeira listagem de termos apresentada em nossa pesquisa (cf. apêndice 1), iniciamos nossas etapas práticas buscando Unidades de Significação Especializada compostas pelo termo “língua”, conforme a problematização teórica levantada anteriormente a respeito deste termo. Para tanto, iniciamos nossa coleta no corpus COMET, por ser um corpus já tratado e disponibilizado gratuitamente na internet, elaborado na Universidade de São Paulo (USP), compilado por Guilherme Fromm (2007). O corpus contém 15.519 palavras em língua portuguesa e conta com três ferramentas de fácil aplicação: Gerador de lista de palavras, N-gramas e concordanciador.

Destacamos que o trabalho com um corpus já tratado e disponibilizado na internet nos auxiliou nas etapas práticas deste trabalho, pois o alto nível de recorrência da palavra língua reafirmou nossa tese quanto a importância deste termo na composição de Unidades de Significação Especializadas, visto que figurava como o segundo substantivo mais recorrente no corpus, contudo, por se tratar de uma compilação realizada no ano de 2007, o corpus não abarca termos inseridos recentemente nas discussões teóricas da área, fator que contribuiu para a necessidade de expansão do material disponível para pesquisa.

Assim, ao longo da redação de nossas definições, ao realizar a compilação de textos que embasariam tais significações, percebemos o aparecimento de termos não abordados no corpus COMET, o que nos levou a considerar a inserção dos termos advindos desta base de dados. A composição de uma base definicional consta como uma das etapas práticas propostas por Krieger e Finatto (2004) como meio para auxiliar na definição dos termos e consiste em analisar os conceitos em textos específicos da área, selecionados pelo profissional envolvido no processo de elaboração de uma obra terminológica.

Em nossa pesquisa, optamos por elaborar nossa base definicional baseada em teses e dissertações do ano de 2018, inseridas no portal CAPES. O ano escolhido é o mais recente

disponibilizado no canal supracitado, durante a realização de nosso estudo. Desta forma, diferentemente do que tivemos acesso no corpus COMET, em nossa base definicional, encontramos uma diversidade de termos relacionados às pesquisas mais recentes desenvolvidas nos polos acadêmicos do Brasil, o que nos possibilitou a inserção de 10 novos termos, não contemplados durante a pesquisa no corpus COMET.

Conforme Ribeiro (1998, p. 52), “há um movimento com inovações terminológicas que decorrem da necessidade de nomear novas unidades referenciais correspondentes a novos recortes conceptuais e propicia a renovação do acervo lexical disponível ao falante”. Considerando que, ao longo do tempo, os signos linguísticos sofrem variações de significação, bem como o surgimento de novos termos é recorrente, visto o surgimento de novos paradigmas teóricos, a busca por novos termos deve ser constante, com o objetivo de acompanhar as necessidades profissionais de professores, conforme a área de estudos evolui.

Desta forma, reiteramos que o objetivo de nossa pesquisa, apresentar um caminho teórico e metodológico para a criação de um vocabulário técnico do processo de ensino de línguas foi alcançado, porém, com algumas lacunas que merecem ser melhor desenvolvidas em produções futuras, com o objetivo de explorar as variações conceituais relacionadas aos variados contextos e perspectivas teóricas possíveis, bem como explorar as possibilidades de inserção de termos não contemplados em nossa pesquisa.

Acreditamos que o tratamento dos termos abordados em nossa análise auxiliará o professor de línguas a assumir sua função de professor investigador, que utiliza a pesquisa teórica para melhorar sua atividade em sala de aula. Desta forma, é crucial a constante ampliação e o aperfeiçoamento desta proposta em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. B. A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática. **Alfa**, São Paulo, n. 50, p.85-101, 2006.
- ANUNCIACÃO, R. F. M. A língua que acolhe pode silenciar? reflexões sobre o conceito de “português como língua de acolhimento”. **Revista X**, [S.I.], v. 13, n. 1, p. 35, 22 out. 2018. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60341>.
- ANUNCIACÃO, R. F. M.; PINO, D. H. P.; SOUZA, D. S. L. A definição nos dicionários especializados: proposta terminológica. **Debate Terminológico**, n. 3, p. 1-20, jan 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/23812>. Acesso em: jul. 2020.
- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. *In*: ALVES, I. M. (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.
- BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BARTOLETO, G. **Entenda o que é língua franca**. Disponível em: <http://www.galaor.com.br/lingua-franca>. Acesso em 28 set. 2021.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BIDERMAN, M.T.C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CABRÉ, M. T. L. **A terminología. Teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Empúries, 1993.
- CABRÉ, M. T. L. **Terminología: representación y comunicación**. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. *Sèrie Monografies*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Línquística Aplicada, 1999.
- CABRÉ, M. T. L. Importancia de la terminología en la fijación de la lengua. **Revista internacional de língua portuguesa**, v. 15, 1996, p. 9-24.
- CABRÉ, M. T. L. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**, v. 9, n. 2, 2003, p. 163-200.
- CASTANHO, R. M. C.; TAGNIN, Stella Esther Ortweiler. **Proposta para elaboração de um glossário de colocações na área médica: subárea hipertensão arterial**. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CELANI, M. A. A. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão? *In*: Leffa, V. J. (org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: Educat, 2001. p. 21-40.

- CELANI, M. A. A. Um programa de formação contínua. In: CELANI, M. A. A. (org.). **Professores formadores em mudança: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente.** São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 19-35.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2004. 500p.
- CRYSTAL, D. **A revolução da linguagem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CUNHA, C. A.; AGUILERA, V.A. Tipologia das obras lexicográficas e o léxico histórico do Português Brasileiro. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 99-114, 25 ago. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica.
- DESMET, I. Questões de semântica em terminologia. A problemática da definição terminológica. **Terminologias**, v. 2, 1990, p. 4-21.
- DESMET, I. A análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. **TradTerm**, v. 8, 2002, p. 169-188
- DORIAN, N. **Language death: the life cycle of a Scottish Gaelic dialect.** Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1981.
- DUBUC, R. **Manual práctico de terminología.** Chile: RiL Editores, 1999.
- DURÃO, A. B. A. B.; BALZAN, R. M. A Formação Docente em Lexicografia e a Realidade sobre o Trabalho com Dicionários em Sala de Aula. **Eutomia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 323-343, jan. 2011. Semestral.
- FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- FLORES, C. **A Competência Sintáctica de Falantes Bilingues Luso-Alemães Regressados a Portugal.** Um Estudo sobre Erosão Linguística. Tese de Doutorado. Universidade do Minho, 2008.
- FROMM, G. **Proposta para um modelo de glossário de informática para tradutores.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FROMM, G. **VoTec: a construção de vocabulários eletrônicos para aprendizes de tradução.** São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie.** Rouen: Publications Université de Rouen, 1993.
- GEMMINGEN, B.F.V. Los inicios de la lexicografía española. In: **Guerra, AMM, organizadora. Lexicografía española.** Barcelona: Ariel, 2003. p. 151-173.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

- GLOBE, N, M; PORTER, J, F. **La cambiante función del professor**. Madrid: narcea, 1980.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. **Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette, 1979.
- HAENSCH, G. et al. **La Lexicografía: de la Lingüística Teórica a la Lexicografía Práctica**. Madrid: Gredos; 1982.
- ISO WD 704.1. TC/37. **Terminologia: princípios e métodos**, 1996.
- ISO/FDIS 1087-1. **Terminology work – Vocabulary**. Part 1: Theory and application, 2000.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004
- LAKATOS, E .M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2001. 289p.
- LARA, L. F. El contenido proposicional del acto: la definición lexicográfica. *In*: LARA, L. F. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de Mexico, 1996. p. 167-231
- LISBOA, J. V. R. Reflexões iniciais sobre a terminologia designativa de área e subáreas do Português para Falantes de Outras Línguas. **Revista Gtlex**, [S.I.], v. 5, n. 2, p. 283-311, 22 dez. 2020. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia..
- LÉON, J. A Lingüística de corpus: história, problemas, legitimidade. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S.I.], n. 8, p. 51-81, 2 ago. 2006. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica.
- MADEIRA, A. Aquisição de língua não materna. *In*: FREITAS, M. J.; SANTOS, A. L. **Aquisição de Língua Materna e Não Materna Questões Gerais e Dados do Português**. Berlin: Language Science Pess. Freie Universitat, 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.
- MARCUSCHI, L. A. DIONISIO, A. P. **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MONTRUL, S. Incomplete acquisition and attrition of Spanish tense/aspect distinctions in adult bilinguals. **Bilingualism: Language and Cognition**, v. 5, pp. 39–68, 2002.
- MURTA, C. R.; BACALÁ, V. L.; SOUZA, V. S. Terminologias em (trans)formação em linguística aplicada: uma reflexão à luz do paradigma da complexidade. **Raído**, [S.L.], v. 11, n. 25, p. 341-362, 11 jul. 2017. Universidade Federal de Grande Dourados.
- OLIVEIRA, A. et al. “Integrar em Língua Portuguesa: considerações finais do Projecto Aproximações” *In*: ANÇÃ, M<sup>a</sup>. H. e FERREIRA, T. (org.) **Actas do Seminário "Língua Portuguesa e Integração"**, Universidade de Aveiro: Aveiro, 2007.

OLIVEIRA, A. “Processamento da Informação num Contexto Migratório e de Integração”  
In: GROSSO, M<sup>a</sup>. J. (dir.) **Educação em Português e Migrações**, Lidel: Lisboa, 2010.

PIRES, A.; ROTHMAN, J. Disentangling sources of incomplete acquisition: An Explanation for competence divergence across heritage grammars. **International Journal of Bilingualism** v. 13. n. 2. Special Issue, 2009.

POLINSKY, M.; KAGAN, O. **Heritage languages**: In the ‘wild’ and in the classroom. *Language and Linguistics Compass*, v. 1 n. 5, pp. 368–39, 2007.

RIBEIRO, R.M.A. Panorama da terminologia na Embrapa e estado de desenvolvimento das atividades de normalização neológica. **Terminometro**, v. 49, n. 2, p.51-63, fev. 1998.

REY, A. **La terminologie**. Noms et notions. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

SANCHEZ, A. ET AL (Orgs.) **CUMBRE** – Corpus Linguístico del Español Contemporáneo – Fundamentos, Metodología, y Aplicaciones. Madrid: SGEL, 1995.

SARDINHA, T. B. Lingüística de corpus: histórico e problemática. **Delta**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.323-367, fev. 2000.

SHEPHERD, T. M.G. **O estatuto da Linguística de corpus: metodologia ou área da Linguística?** Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27801>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SOUTO, M. V. L.; ALÉM, A. O. F. G.; BRITO, A. M.; BERNARDO, C. Conceitos de língua estrangeira, língua segunda, língua adicional, língua de herança, língua franca e língua transnacional. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 60, p. 890-900, jan. 2014.

SPINASSÉ, K. P. Os Conceitos de Língua Materna, Segunda Língua e Língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, v. 1, 2006. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/3837/2144>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TAGNIN, S. E. O. Um corpus multilíngüe para ensino e tradução - o COMET: da construção à exploração. **Tradterm**, [s.l.], v. 10, p. 117-141, 18 dez. 2004. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

VILELA, P. C. S. **Classificação de Sentimento para Notícias sobre a Petrobras no Mercado Financeiro**. 2011. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VOLPI, M. T. A formação de professores de língua estrangeira frente aos novos enfoques de sua função docente. In: LEFFA, Vilson José (org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: EDUCAT, 2008. p. 133-141.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Trad. Castellana: Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1998.

## APÊNDICE A - CANDIDATOS A TERMO – *CORPUS COMET*

### CANDIDATOS A TERMO

Língua alvo	Língua falada
Língua brasileira	Língua geral
Língua como código	Língua geral
Língua como representação	Língua indígena
Língua comum	Língua legítima
Língua de chegada	Língua mãe
Língua de especialidade	Língua materna
Língua de estrutura ativa	Língua militar
Língua de núcleo final	Língua nacional
Língua de núcleo inicial	Língua nativa
Língua do nordeste	Língua natural
Língua dominante	Língua oral
Língua ergativa	Língua portuguesa
Língua escrita	Primeira língua
Língua estrangeira	Segunda língua

**APÊNDICE B – CANDIDATOS A TERMO – BASE DEFINICIONAL****CANDIDATOS A TERMO**

Língua de acolhimento

Língua adicional

Língua materna para fins específicos

Interlíngua

Língua estrangeira dominante

Língua nominativa

Língua de herança

Língua franca

Língua transnacional

Língua Alóctone

## APÊNDICE C – VERBETES

### DEFINIÇÃO DOS TERMOS

#### INTERLÍNGUA

**Definição:** Produção linguística realizada por falantes de duas ou mais línguas, em que as características de cada língua se imbricam nos usos linguísticos do sujeito.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** em terceiro lugar, enunciados em interlíngua que foram efetivamente enunciados por falantes nativos dessa língua, ao tentarem produzir essa norma particular da língua-alvo.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

#### LÍNGUA ALÓCTONE

**Definição:** Língua falada fora de seu território de origem por imigrantes vivendo em território estrangeiro.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Estima-se que haja cerca de 180 línguas indígenas (autóctones) e mais de 30 línguas de imigração (alóctones) no Brasil.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

#### LÍNGUA-ALVO

**Definição:** Língua em que o aprendiz deseja desenvolver sua competência linguística, partindo de sua língua materna.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Neste caso, aprendizes adultos normalmente não conseguiriam atingir um comando avançado da **língua** alvo e suas interlínguas poderiam conter regras que seriam proibidas pela GU.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

**Definição:** Aquisição de uma segunda língua aprendida por imersão, em contexto de migração.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A especificidade do processo de ensino-aprendizagem da língua de acolhimento é tratada por vários autores.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA ADICIONAL

**Definição:** Terceira língua aprendida pelo indivíduo, utilizada com frequência em seu dia a dia.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A língua adicional, também chamada de L3 ou língua estrangeira adicional, é, na verdade, uma terceira língua aprendida pelo indivíduo.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA BRASILEIRA

**Definição:** Língua falada no Brasil, geralmente a expressão é utilizada em oposição à expressão “português europeu” como forma de marcar as diferenças existentes entre as duas línguas.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** São dicionários, vocabulários e léxicos regionais, dentre os quais e a título de ilustração podem ser citados os seguintes: Dicionário da **língua** brasileira, 1832, de Luís Maria Silva Pinto, que se constitui num dicionário do português com a introdução de formas próprias do Brasil

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA COMO CÓDIGO

**Definição:** Perspectiva linguística que trata as línguas como código, com uso de caracteres transparentes e neutros, dissociados de fatores culturais, identitários e de interação.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Na concepção de **língua** como código portante, como mero instrumento de comunicação e de sujeito como (pré)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA COMO REPRESENTAÇÃO

**Definição:** Perspectiva linguística que trata a língua como representação fidedigna do pensamento do sujeito que enuncia.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Na concepção de **língua** como representação do pensamento e de sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto é visto como um produto lógico do pensamento.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA COMUM

**Definição:** Língua compartilhada por todos os indivíduos de determinado território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A vulgarização é o processo de passagem de um termo técnico-científico para a **língua** comum, com a perda de sua especificidade e desvinculação ao universo de discurso de origem.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA DE CHEGADA

**Definição:** No processo de tradução, trata-se da língua que o(s) enunciador (es) deseja(m) utilizar em sua comunicação com o público-alvo.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** O mesmo problema ainda se coloca hoje na lexicografia bilingue quando nos encontramos na **língua** de chegada com uma palavra cujo equivalente na língua de partida não está lexicalizado em forma de palavra.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA DE ESPECIALIDADE

**Definição:** Língua associada a um grupo específico da sociedade, geralmente atrelada a atividades profissionais desenvolvidas pelos sujeitos enunciadorees.

**Fonte da definição:** Autoria própria

**Contexto:** é importante recuperar a dimensão de uma linguagem que se particulariza pela ação do sujeito enunciadoree, abandonando uma perspectiva estática de **língua** de especialidade, vista à parte da língua natural que a veicula e que tem sido mostrada como se fosse desprovida de sujeitos-autores e atores.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA DE ESTRUTURA ATIVA

**Definição:** Conjunto de estruturas linguísticas caracterizado pelos determinantes semânticos ativo e inativo.

**Fonte da definição:** Autoria própria

**Contexto:** A existência de um terceiro tipo estrutural, a estrutura ativa, foi postulado pelo lingüista soviético G. A. Klimov no artigo citado acima.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA DE HERANÇA

**Definição:** Especialidade da língua estrangeira e se caracteriza como um contexto em que a língua utilizada pelo indivíduo e a cultura que lhe são ensinadas não são próprias do local onde ele resida.

**Fonte da definição:** (SOUTO, 2014)

**Contexto:** O desejo de formar classes de português língua estrangeira/língua de herança precisa invariavelmente de apoios para que suas práticas se estabeleçam em bases contemporâneas de ensino e aprendizagem.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA DO NORDESTE

**Definição:** Língua falada na região nordeste do Brasil, com características fonológicas diferenciadas em relação ao restante do país.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Desse modo, podemos falar de uma língua vinculada a uma região geográfica, por exemplo, o falar gaúcho, a língua amazônica, a língua do Nordeste, exatamente porque a variedade de usos que se registra, em cada canto (...)

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA DE PARTIDA

**Definição:** Língua alvo de tradução em contextos formais de utilização de mais de uma língua.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** O mesmo problema ainda se coloca hoje na lexicografia bilingue quando nos encontramos na **língua** de chegada com uma palavra cujo equivalente na língua de partida não está lexicalizado em forma de palavra

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA DOMINANTE

**Definição:** Língua em que o falante multilíngue possui maior competência linguística, em detrimento de outras línguas de sua utilização.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** levanta a questão da dominância de uma língua sobre a outra, sugerindo que a maior parte do processamento linguístico de uma pessoa seja realizado na **língua** dominante e que a outra língua seja usada apenas num nível superficial de produção e compreensão.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA ERGATIVA

**Definição:** Língua que possui como um de seus padrões sintáticos a ordem: Sujeito + Verbo (SV).

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Recordemos que, conforme revisto acima, uma **língua** ergativa marca diferentemente o sujeito das orações transitivas (A), em relação tanto ao sujeito das orações intransitivas (S) (...).

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA ESCRITA

**Definição:** Textos representados graficamente, seguindo estruturas linguísticas particulares, de acordo com a língua em questão.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A língua escrita se caracteriza não tanto pelo fato de ser efetivamente escrita, mas pela intenção que presidiu a sua produção.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA ESTRANGEIRA

**Definição:** Usado para classificar a aprendizagem e o uso em espaços onde essa língua não tem qualquer estatuto sociopolítico. O aprendente encontra-se num contexto em que a exposição à

língua ocorre sobretudo em situações de aprendizagem formal, nas quais os conteúdos linguísticos lhe são apresentados sequencialmente e de forma estruturada.

**Fonte da definição:** Madeira, 2017.

**Contexto:** Em seguida, enfocamos o período áureo do ensino de Francês em nosso meio, comprovando através da presença dessa **língua** estrangeira nos currículos das escolas de nossa cidade.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA ESTRANGEIRA DOMINANTE

**Definição:** Língua estrangeira ensinada majoritariamente no sistema escolar de determinado território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Até 1640 a língua viva estrangeira dominante em Portugal foi o espanhol.

**Fonte do contexto:** PINTO, 2000.

---

## LÍNGUA FALADA

**Definição:** Língua falada é toda a produção linguística sonora dialogada ou monologada em situação natural, realizada livremente e em tempo real, em contextos e situações comunicativas autênticos, formais ou informais em condições de proximidade física, ou por meios eletrônicos tais como rádio, televisão, telefone e semelhantes.

**Fonte da definição:** MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2005, p. 71.

**Contexto:** Essa crônica é tratada como um corpus de oralidade na escrita, pois os diálogos apresentam marcas interacionais próprias da **língua** falada.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA FRANCA

**Definição:** “língua de contato ou língua de relação resultante do contato e comunicação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos para o comércio internacional e outras interações mais extensas.”

**Fonte da definição:** (BARTOLET, 2010).

**Contexto:** O grego foi considerado como língua franca no Oriente e o latim, no milênio seguinte, a língua franca no ocidente.

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA GERAL

**Definição:** 1. Língua instituída com o intuito de executar uma comunicação interétnica em contextos multilíngues. 2. Língua falada amplamente pela maioria da população de determinado território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Os léxicos de especialidade não constituem línguas artificiais, separadas da **língua** geral, mas são parte integrante da língua natural e geral.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA INDÍGENA

**Definição:** Língua originária de grupos indígenas.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** (...) narrando, cantando, rezando, amando, sonhando, sofrendo, reclamando, rindo e se divertindo nessa língua indígena

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA LEGÍTIMA

**Definição:** Língua com maior prestígio social, associada à norma culta vigente em determinado território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Em sua teoria, o adjetivo *legítimo* não é tomado na acepção de “puro, genuíno, vernáculo, autêntico”, mas sim no sentido de “amparado por lei”, que tem força de lei por ter o reconhecimento da comunidade, ou “mercado linguístico”, como se refere.

Fonte do contexto: Base definicional.

---

## LÍNGUA MÃE

**Definição:** Cf. Língua materna.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A partir do momento que a criança incorpora como modelo algumas estruturas da **língua** mãe, não é porque imitou, mas porque incorporou novos modelos de regras para sua língua.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA MATERNA

**Definição:** Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, também é, frequentemente, a língua da comunidade.

**Fonte da definição:** SPINASSÉ, 2006, p. 06.

**Contexto:** Para os seguidores desta teoria, portanto, a criança nasce com uma predisposição natural para a aprendizagem da sua **língua** materna.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA MILITAR

**Definição:** Língua de especialidade associada às forças armadas.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** É provável que tenhamos aqui um resto da **língua** militar: o francês palefroi.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA NACIONAL

**Definição:** Língua com forte apelo identitário, reivindicada como língua de um território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** era uma língua oficial sem ser uma língua nacional... Angola resolveu esse problema com uma nova nomeação... das línguas...

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.

---

## LÍNGUA NATIVA

**Definição:** Língua relacionada aos povos originários de determinado território.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Pois, ainda persistem em nossa sociedade várias formas de exclusão desses povos, como, por exemplo, o preconceito linguístico em relação à língua nativa

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA NATURAL

**Definição:** Língua desenvolvida por seres humanos em contextos naturais de comunicação.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Como a DT é estruturada numa dada **língua** natural, ela veicula todas as ambiguidades, polissemias, conotações etc. das palavras dessa língua.

Fonte do contexto: COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA NOMINATIVA

**Definição:** Língua que possui como um de seus padrões sintáticos a ordem: Sujeito + Verbo + Objeto (SVO).

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** O que difere uma língua ergativa de uma língua nominativa?

**Fonte do contexto:** Base definicional.

---

## LÍNGUA PORTUGUESA

**Definição:** Língua de origem indo-europeia, utilizada em Portugal e nas antigas colônias portuguesas.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** objetivos: 1) estudar conteúdos pertinentes à Terminologia/Terminografia; 2) desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em **língua** portuguesa, tais como: glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## LÍNGUA TRANSNACIONAL

**Definição:** Língua que ultrapassa os limites territoriais de seu país de origem e passa a integrar diversos territórios, com variações linguísticas acentuadas ao longo da história. Processo bastante comum durante a colonização.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** Os vários falares, resultados dessas diversas misturas de idiomas, é que faz com que a língua seja transnacional.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## **PRIMEIRA LÍNGUA**

**Definição:** Primeira língua aprendida pelo indivíduo, geralmente em seu núcleo familiar.

**Fonte da definição:** Autoria própria.

**Contexto:** A primeira língua é desvalorizada no ambiente infantil, gerando desvantagens cognitivas no desenvolvimento da criança.

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução

---

## **SEGUNDA LÍNGUA**

**Definição:** Segunda Língua é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização.

**Fonte da definição:** SPINASSÉ, 2006, p. 06.

**Contexto:** Com isso, tem-se uma visão global que beneficia sobremaneira estudos mais específicos como os de aquisição de segunda **língua** e de bilingüismo e línguas em contato. (ALTENHOFEN, 2000).

**Fonte do contexto:** COMET – Corpus Multilíngue para o ensino e tradução.